

**Universidade Federal De Alagoas UFAL
Instituto De Ciências Humanas Comunicação e Artes
Curso de História- Licenciatura**

Kelly Cristina Andrade Batista

O Estágio Supervisionado Como Requisito no Proceso De Formação Do Docente em História

**Maceió
2022.2**

Kelly Cristina Andrade Batista

**O Estágio Supervisionado como Requisito no Processo de
Formação do Docente em História**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito de exi-
gência para aprovação do curso de
Licenciatura Plena em História sob
orientação do Prof. Esp. Jose Rober-
to Santos Lima

Prof. Orientador. José Roberto Santos Lima

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

B333e Batista, Kelly Cristina Andrade.
O estágio supervisionado como requisito no processo de formação do docente em história / Kelly Cristina Andrade Batista. – 2022.
86 f. : il.

Orientador: José Roberto Santos Lima.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : licenciatura)
– Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 84-86.

1. Estágio supervisionado. 2. Historiografia. 3. História - Estudo e ensino. I.
Título.

CDU: 303.446.4

Folha de Aprovação

Kelly Cristina Andrade Batista

O Estágio Supervisionado Como Requisito no Processo de Formação do Docente em História

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito de
exigência para aprovação do Curso
Licenciatura Plena em História pela
Universidade Federal de Alagoas.**

Banca examinadora

**Prof. Esp. José Roberto Santos Lima- UFAL (Orientador)
Presidente**

Profa. Dra. Lídia Baumgarten-UFAL

Prof. Me. Oseas Batista

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por está presente em todos os momentos da minha vida, inclusive quando decidir retornar os estudos.

Agradeço a minha Família que me incentivou a retornar aos estudos depois de duas décadas, em especial a minha filha Veida Kimberly A. Costa.

Ao meu orientador professor José Roberto, que me ajudou durante a minha caminhada acadêmica e em nenhum momento hesitou em me ajudar no desenvolvimento desse trabalho.

A todos que fizeram parte da minha historia durante os anos de curso, muito obrigada.

A função do Historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer”.

Peter Burke

Sumário

1- Breve introdução	11
2 -Capítulo I afinal, o que é História e Historiografia Moderna?.....	15
2.1- O Mito	16
2.2 -Historiografia Grega	17
2.3- Historiografia Romana	18
2.4- Historiografia Medieval	19
2.5- Historiografia Renascentista	21
2.6 -Historiografia Iluminista ou Realista	22
2.7 -O Historicismo	25
2.8- Historiografia Positivista	26
3 Capítulo II. O Materialismo Histórico	29
3.1 A Origem de todas as Alienações	31
3.2 O Desenvolvimento das Forças Produtivas	32
3.3 Marx e a Teoria da História	33
3.4 A Escola dos Annales	37
3.5 A interdisciplinaridade	39
3.6 A Inovação das Fontes	40
3.7 O Historiador na Concepção dos Annales	41

3.8 O Paradigma dos Annales	41
3.9 As três Fases da escola dos Annales	42
3.10 1ª Primeira Faz	42
3.10.1 2ª Segunda Fase	43
3.10.2.3 -Terceira Fase	45
3.11. - A Escola dos Annales e a Teoria da História	46
4 Capítulo III O que é o Estágio Supervisionado no Ensino de História Desafios a Serem Vencidos	48
4.1 A Criação do IHGB: breve análise	48
4.2 Salão Nobre.....	50
4.3 Pedro Calmon	50
4.4 Sala de CPHAS	50
4.5 Biblioteca.....	50
4.6 Sala de leitura	51
4.7 Arquivo	51
4.8 Mapoteca e Museu	51
4.9 O que é o Estágio Supervisionado. Desafios a serem vencidos. .	52
4.10 Estágio Supervisionado II Laboratório de Elaboração de um Projeto	56
4.11 Orientações gerais para elaboração do um projeto	57
4.12 Elaborando o Projeto	59

4.13 Estágio Supervisionado III Da Elaboração do Projeto à Prática.	60
4.14 Justificativa	63
4.15 Relevância	63
4.16 Metodologia	64
4.17 Objetivo Geral	65
4.18 Objetivo Específico	65
4.19 Conteúdos	66
4.20 Avaliação	66
4.21 Plano de Aula Geral	72
4. 22 Estágio VI. Lugar de Memória	73
4.23 Plano de Aula	76
4.24 CEDU e o Curso de História	78
5. Considerações Finais	80
6. Referências Bibliográficas.....	82.

Resumo

O Estágio Supervisionado no Ensino de História é obrigatório na formação curricular do graduando que deseja um dia seguir a carreira de ser professor e ao mesmo além da sua obrigatoriedade, esta disciplina é área de estudo específico do campo de História tornando-se cada vez mais essencial e importante para que aquele futuro profissional da área da Educação passe a dispor de um arcabouço teórico e prático bastante consistente e flexível, para adaptar-se e modificar a suas estratégias, conteúdos, as suas práticas e mais tarde vivências de sala de aula, e passam a torna-lo um profissional competente e feliz com as suas escolhas. Sabemos que o Estágio Supervisionado é um momento essencial e único de intensificação e consolidação das teorias com as suas práticas pedagógicas para com os estudantes durante os cursos de Licenciaturas, uma vez que esta disciplina oferece um primeiro e marcante momento, o contato do futuro professor com os alunos oportunizando ensinamento entre ambas. O estágio supervisionado é o momento essencial para os estudantes durante os cursos de licenciatura, uma vez que este oferece o primeiro contato do futuro professor, com seu campo de atuação, oportunizando ao acadêmico relacionar-se com a docência, enfrentar as dificuldades da sala de aula e conhecer a prática do ensino.

Palavra-chave: Estágio Supervisionado, Historiografia da História, Ensino de História.

ABSTRACT

The Supervised Intemeship in History Teaching in mandatory in the curriculum of graduate students who one day wish to pursue a career as a teacher and at the same time, in addition to being mandatory, this discipline is a specific area of study in the field of History, becoming increasingly essential and important for that future teaching professional to have a theoretical and practical framework that is quite consistent and flexible to adapt and modify is strategies, contents, practices end later classroom experiences, to make him a professional compe- tent and happy with their choices. We know that the supervised Intemeship is an essential and unique moment of intensifying and consolidating theories with their pedagogical practices towards students during Degree curses, since this discipline offers a first and remarkable contact, of the future teacher with the students providing opportunities for teaching between both sides.

KEYWORDS: Supervised Internship, Historiography of History, Teaching of History.

Breve Introdução

Um dos grandes desafios com o qual um aluno do Curso Superior em Licenciatura enfrenta, é o Estágio, que significa unir prática com teoria. Essa dificuldade se não solucionada ou reduzida durante o processo acadêmico do discente irá refletir na sua prática profissional diária como docente. É através do estágio que o acadêmico irá identificar estratégias que possam solucionar os problemas encontrados em sua área profissional. Problemas esses que o estagiário em sua grande maioria, não imaginaria encontrar.

O estágio supervisionado seria então um laboratório, um espaço onde o graduando pode vivenciar inicialmente em fase observatória e, logo mais na prática, as situações discutidas no âmbito da sala de aula na Universidade enquanto discente. O mesmo passa então a perceber como esses conteúdos podem contribuir para reduzir e até mesmo eliminar algumas falhas existentes. Na sua formação acadêmica, o estágio é uma ferramenta essencial para quem deseja adentrar no mundo da Educação que propositalmente em grande parte e principalmente nas instituições públicas, tem sido sucateada por inúmeras situações entre elas, a não aplicabilidade de políticas públicas voltadas pra Educação como preconiza o sistema legislativo brasileiro, que vai desde a estrutura física das escolas, a valorização dos profissionais da Educação, e o reconhecimento do público atendido da escola pública no que concerne ao pertencimento da educação como direito do cidadão e dever do Estado, nas três esferas de governo.

O Professor Doutor Antônio Bezerra Alves, esclareceu em suas abordagens em sala de aula, sobre a importância do Estágio Supervisionado, no processo de formação do futuro docente nas áreas de Licenciatura, especificamente em relação aos graduandos em História, e, esse processo laboratorial que é o estágio, faz toda a diferença para os futuros licenciados, o que os difere de outras áreas que têm pessoas, com formação técnica e não passam pelo processo de estágios, mas, acabam ocupando a função de professores de determinadas áreas como, por exemplo, engenheiros civis, atuando como professores de matemática e física, bacharéis em direito como professores de História e entre outros.

Sendo este trabalho sobre o Estágio Supervisionado em História, vale ressaltar algumas mudanças ocorridas na grade curricular do curso ao longo dos últimos dez anos. As últimas reformulações na grade curricular no curso de História da Universidade Federal de Alagoas têm proporcionado uma maior quantidade de disciplinas, o que reflete teoricamente numa preparação melhor do aluno licenciado em História que é colocado anualmente no mercado de trabalho pela Universidade, visto a comparação com anos anteriores, quando havia uma carga horária mínima distribuída em áreas específicas. No caso, das chamadas disciplinas pedagógicas, as voltadas para a preparação do docente, onde a carga horária era pequena, atualmente são mais de 400 horas, porém, o problema continua o mesmo. Os docentes dessas disciplinas preparatórias na grande maioria são vinculados ao centro de educação CEDU.

Quando analisamos o cenário da Educação no Brasil com o poder público como responsável por mantê-la, notamos que ela tem um papel de exclusão e de inferiorização principalmente para a população negra. Um dos principais desafios da educação seria o de resgatar e construir a identidade da maioria das crianças do Brasil, que são negras, oriundas das comunidades carentes.

Na educação superior, os números também são de exclusão mesmo com alguns avanços nas políticas públicas como o sistema de Cotas Raciais, e outros programas governamentais que têm proporcionado a entrada de pessoas das classes sociais menos favorecidas ao ensino superior, grande parte deles oriundos das escolas públicas, porém as cotas é tema rejeitado por aqueles que defendem a meritocracia e os poucos alunos que chegam a esse seleto grupo ainda são exceções.

O atual dilema na educação brasileira tem sido as famílias que mudaram seu formato nuclear e que ainda tentam responsabilizar as instituições de ensino pela formação de seus filhos, e as instituições de ensino culpando a desestruturação das famílias, que não impõe limites para as crianças e adolescentes. No meio desse conflito estão essas crianças e jovens que necessitam de atenção de ambos os lados para então desenvolverem seu caráter, e conhecimento. Não sendo uma regra geral, mas tanto pais, responsáveis, professores e educadores não estão preparados para o papel de educar. As instituições de ensino agora são locais de resoluções de conflitos e as instituições de ensino superior, não

preparam os profissionais da educação para essa realidade que cada vez mais esta corriqueira. Sendo a educação um ato político, ela tem uma ideologia, e aqui no Brasil foi e continua sendo a da exclusão, a construção dessa ideologia é fundamental para que se perpetue a manutenção do poder econômico, cultural e político dos grupos “superiores” aos grupos “inferiores” (ROCHA, 2006). Percebemos que o fato mais marcante na formação desse processo de formação da educação brasileira por parte dos que a desenvolveram e colocaram em prática, a despreocupação com a maior parte da população brasileira que vive as margens da economia e de bens sociais.

As maiorias dos que fazem parte da estrutura educacional brasileira ficam incomodados, e até indignados com a forma de como essa educação tem sido negligenciada com a maioria da sua população mais carente e necessitada. Porém o avanço tem sido pouco, principalmente porque a estrutura atual da educação pública e o processo de terceirização aqui em Alagoas, por exemplo, o professor é transformado em simples monitor (Estado) e horista (Município de Maceió), deixa-se de fazer concursos públicos precarizando mais ainda à educação educativa do professor que passa a ser visto como uma “tapa buraco” sem estabilidade inclusive como trabalhador. Esses profissionais eles têm curso superior, alguns especialização, mas não fazem parte do quadro de “efetivo da educação”, então o governo “sai ganhando” não efetivando ou pagando o piso salarial nacional, e a comunidade perdendo, pois no mercado de trabalho, existem profissionais com salários pouco diferentes de um estagiário remunerado.

O estágio supervisionado oferta uma das etapas mais importantes na vida acadêmica dos alunos de licenciatura e, cumprindo a exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), a partir do ano de 2006 se constituiu numa proposta de estágio supervisionado que tem como objetivo ofertar aos discentes a observação, a pesquisa, o planejamento, a execução e a avaliação em diferentes metodologias pedagógicas, tendo em vista uma aproximação da teoria acadêmica com a prática em sala de aula. Assim, o estágio supervisionado proporcionaria ao licenciado certo domínio dos instrumentos teóricos e práticos imprescindíveis para a execução de suas funções. Os estágios supervisionados buscam por meio desses laboratórios de aprendizagens o exercício de beneficiar a experiência promovendo o desenvolvimento, no campo profissional,

dos conhecimentos teóricos e práticos que são adquiridos durante todo o curso nas instituições de ensino superior, e favorecer por meio de diversos espaços educacionais, a ampliação do universo cultural desses acadêmicos e futuros docentes.

A disciplina de estágio supervisionado também tem como propostas outros fins tais como, desenvolver habilidades, hábitos e atitudes relacionados ao exercício da docência criando então condições para que os estagiários atuem com maior segurança e criticidade em seu espaço de trabalho. Um passo importante para o estagiário é o de se encontrar com a realidade social e cultural da educação e, a partir dessa relação, desses momentos o estagiário começa a preparar o seu amanhã como profissional da educação. Porém nem todos os futuros licenciados irão atuar na área da educação como temos presenciados alguns relatos de colegas de curso durante as apresentações de suas trajetórias acadêmicas. Um dos principais motivos para que esse futuro licenciado desista de atuar principalmente em sala de aula é o choque entre a teoria e a prática da realidade da educação brasileira, ou seja, o embate entre instituição família e de ensino ambas com total responsabilidade pela educação dessas crianças e jovens, na conjuntura atual em que se encontra a educação e os novos modelos de formação de famílias.

A sociedade está sempre em constante e atualmente rápidas transformações na maneira de pensar, sentir e agir, e os educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem necessitam acompanhar essas transformações, e o estagiário começa a sentir este mundo do qual fará parte, a partir do primeiro contato durante a prática do estágio. Mudanças sociais e tecnológicas em que todos os envolvidos no campo da educação tendem a se adaptar.

O presente trabalho tem como objetivo relatar brevemente as experiências vividas por Kelly Cristina Andrade Batista, nas disciplinas de Estágios Supervisionados e na sua trajetória durante a graduação em História Licenciatura Plena, pela Universidade Federal de Alagoas UFAL, um Memorial Acadêmico, com ênfase no Estágio Supervisionado.

O referente trabalho tem como objetivo uma breve análise da importância das Disciplinas de Estágio Supervisionado, no ensino de História. Mas antes de adentrarmos nesse tema, farei uma breve análise do conceito do que é História e

de como a mesma ao longo da História da Historiografia, passou a ser Ciência, até ser introduzida nos Cursos de Graduações.

2.Capítulo I. O que é História e Historiografia Moderna?

O que é o mundo, qual a sua origem? O que é o homem qual sua origem? Qual seria o propósito da existência do homem no mundo? Dessa indagação surgiu a Filosofia e posteriormente a História, objeto de uma breve análise nesse capítulo. Mas o que é História? Esta indagação é feita desde a primeira vez em que o termo história foi utilizado na Antiguidade Clássica, pelo grego Heródoto no século V a. C no sentido de investigação, termo de mais aproximado de como e utilizado o termo História na contemporaneidade.

O homem desde sempre indaga sua origem, sobre a origem de tudo o que o cerca e foi buscando supri essas indagações que ele passou a registrar, a princípio socializando suas memórias, o que discerniam sobre a "existência" do universo e tudo o que o compõe.

Jean Glénisson, autor do livro: Iniciação aos Estudos Históricos tem o intuito de demonstrar com essa obra, "os caminhos atingidos percorridos pela História até atingir sua problemática atual". Conscientizando os amadores de História, futuros e licenciados desta disciplina, a respeito do ofício do Historiador, através das diferentes definições que pensadores dessa historiografia laboraram ao longo do tempo.

Para Tolstoi, "o objetivo da história é a vida dos povos e da humanidade"(no epílogo de guerra e paz); para Henri Pirenne, "o historiador nada mais é além de um homem que se da conta da mudança das coisas e que procura a razão desta mudança"; para Collingwood, "a história é uma pesquisa que nos ensina o que o homem faz e, portanto, o que o homem é"; para Toynbee, trata-se do "estudo das experiências e das ações de personalidades humanas". Segundo Piganiol, "a história está para a humanidade assim como a memória está para o indivíduo: a história é a memória coletiva": acha Gabriel Monod que devemos entender por história "o conjunto das manifestações da atividade e dos pensamentos humanos, considerados em sua sucessão, seu desenvolvimento e suas relações de conexão ou dependência Henri Marron, " a história é o conhecimento do pensamento humano' 'ia". Marc Bloch proclamou: o objeto da história é por natureza , o homem(GLÉNISSON, 1977,p. 12-13)

Como podemos observar em todas essas definições do terno História, o objetivo da História é o homem.

“A História é uma ciência que estuda o homem em determinado tempo e espaço”.

2.1 O Mito

A primeira forma de explicação que surge, ainda nas sociedades primitivas é a mitologia. Não é possível datar o momento exato em que surgiu o mito, ele é mencionado como “primórdios”, “o início de tudo o que existe”. A palavra “mito” é de origem grega, “mytos”, significa, narrar. A narração a princípio é uma genealogia, isto é, uma narrativa “ dos primórdios”, tudo teria origem na vida dos deuses , das quais resultaria os semi deuses, os humanos, os heróis, que seriam filhos dos deuses com seres humanos, a natureza, os sentimentos, o bem e o mal.

Segundo essa crença, o mundo teria sido criado por deuses, seres imortais e passionais com forma humana, mas com poderes sobrenaturais que regiam o destino da humanidade. O cotidiano dos deuses, e seu estado de espírito, teria influencia direta no cotidiano dos humanos. Assim sendo, se um deus estivesse de mau humor ou tivesse alguma querela com outro deus, isso resultaria em divergências entre os seres humanos, é dessa rivalidade que eles explicam a origem da Guerra, os seres humanos podiam ser castigados ou recompensados dependendo da sua fidelidade e obediência aos deuses. Segundo essa crença, a origem do fogo é marco que diferencia o homem dos animais, por tornar possível iluminar a noite, a cozinhar os alimentos, minimizar o frio e etc. O fogo seria de propriedade dos deuses, dado aos homens por um semi deus, contra a vontade dos deuses e por isso havia sido castigado com uma morte horrível. O castigo dos homens teria sido a “Caixa de Pandora”, origem das doenças, desgraça, da morte de todos os males na Terra. Para as sociedades que explicavam sua existência através do mito, este é tido como uma verdade inquestionável a qual é revelada a um escolhido dos deuses, que ao testemunhar a uma revelação divina teria o conhecimento do que foi “os primórdios” e o dever de guiar os seus semelhantes, narrando os desígnios dos deuses. O escolhido era considerado por seus semelhantes como um ser

especial a desempenhar um papel extremamente relevante no contexto onde ele estaria inserido segundo a concepção da época.

Essa forma de explicação foi muito utilizada pelos governos monárquicos no Oriente Médio como forma de justificar e manter o status dos reis, sua posição superior frente às dinastias e total controle de seus súditos, visto que, não demandava nenhuma preocupação em investigar a veracidade das revelações, por serem considerados verdades absolutas. Seus decretos eram registrados em anais, no geral, biografia de reis, datas comemorativas, escritas por seus sacerdotes, visando à perenidade de sua História. Seriam esses os primeiros registros voluntários escritos.

2.2 Historiografia Grega

História é uma palavra de origem grega, que significa investigação, informação. (BORGES, 2007. P. 11)

Posteriormente surge outra forma de explicar “os primórdios”, porém a mitologia não desaparece, ela apenas passa a ser questionada quanto à inefabilidade de suas explicações. É na Grécia, como mencionei anteriormente que nasce a História. Os gregos tinham uma organização social hierárquica evoluída, viviam sob um sistema de governo a indagar a veracidade das explicações mitológicas que nada explicava sobre sua realidade contemporânea. A base de toda essa discursão de “ter” de “ser” era a filosofia grega. A partir daí começaram a realizar registros escritos não mais sobre os deuses, mas sobre o próprio homem, o objeto, era a busca da verdade a partir das coisas dos humanos. Para isso utilizaram “um método e um espírito”, para escrever sua história, a investigação e a razão, humana.

Os gregos foram os primeiros a utilizá-la como sentido da busca a pesquisa seguida de seus resultados. O saber seja ele referente à natureza, à filosofia ou ao passado humano. Depois por influência de Heródoto que intitula histórias o resultado de suas pesquisas acerca das guerras entre gregos e persas, o termo assume o sentido particular de busca de conhecimento das coisas humanas, de saber propriamente histórico. (GLÉNISSON, 1977, p.13)

A partir do século V a.C . o grego Heródoto emprega pela primeira vez, o termo investigação, a priori, embasado em observações feitas em viagens a civilizações próximas a Grécia registrando os relatos sobre a cultura desses povos e, também em relatos de seus compatriotas e estrangeiros que passavam pela Grécia. Esses relatos se tornaram objetos de pesquisa dessa história ainda limitada devido a pequenas distâncias que eram possíveis percorrer na época, pela deficiência de abrangência dos meios de transportes que impedia uma visão de mundo mais ampla. A história ainda era narrativa, mas, havia agora a preocupação em investigar os relatos, os quais constituíam fontes de informações abundantes e de fácil acesso se comparado aos registros dinásticos. O método utilizado a essas pesquisas era a crítica. Heródoto preocupava-se em registrar para posteridade a história de seu desenvolvimento, atitude que lhe concedeu o título de primeiro historiador e o título de “pai da História”.

Como a História estava mais próxima da filosofia na Grécia, ela não estava submetida à autoridade dos reis, palácios e imperadores, mas ao autoquestionamento do homem sobre o seu papel social e político de como os fatos históricos não estavam pré-determinados pela sua mitologia. É nesse sentido que a História atinge um bom nível de maturidade e equilíbrio para os homens (e mulheres) do seu tempo tentando responder indagações do cotidiano dos homens em sua relação social e política dentro da polis.

2.3 Historiografia Romana

Roma é o centro do mundo, e a imposição de seu destino é o destino histórico mundial. (BORGES, 2007, p. 21)

Os romanos fizeram uma releitura da cultura grega procurando também escrever uma história sem a influência dos mitos e das lendas, agregaram a sua cultura o método de investigação crítica criada pelos gregos, objetivando escrever uma história realista na qual Roma é o centro do mundo. O responsável pela difusão da cultura grega em Roma foi o grego Políbio, que havia sido aprisionado em uma das conquistas territoriais romana. A organização do império romano, administrativa e militar e o fato de vários caminhos do território romano da-

rem acesso aos territórios dos povos bárbaros, foram o marco da construção desse império.

O império romano se tornou muito vasto, o que dificultou assegurar as suas fronteiras, para tentar manter a sua hegemonia ele foi dividido em dois: Império do Ocidente e Império do Oriente. A cultura romana de exaltação do espírito utilitário e patriótico foi imposta aos povos conquistados para unificar a heterogeneidade cultural que existia em Roma. O primeiro império chega ao fim no século V. as fronteiras romanas foram enfraquecidas, pelos constantes ataques germânicos. Os povos bárbaros enfim invadiram Roma. A insegurança fez com que grande parte da população romana migrasse da cidade para o campo, movimento que ficou conhecido como Ruralização. Logo o império romano se fragmentou em diversos feudos bárbaros. De um desses se formou a sociedade feudal.

A história de Roma é uma história pragmática e política, mais preocupada em relatar os fatos e acontecimentos históricos relacionados ao cotidiano dos ricos e poderosos á serviço do poder do Estado, “a História é vista como “ mestra da vida”, levando aos homens a compreenderem o seu destino. Roma é o centro do mundo e a imposição de seu destino é o destino do historiador mundial”, (BORGES, 2007, p. 21).

Essa concepção de História tentou anular a grave contradição social e econômica na vida do Estado romano, como as lutas de classe-patriotas x plebeus x escravos- e a própria revolta dos escravos de Espartacus que mancariam decisivamente a História de Roma e do próprio Mundo Antigo como uma revolta que colocava em “cheque” o modo de produção escravistas da Antiguidade Clássica.

Passados mil anos, os povos germânicos conquistam o império do Ocidente, chegando assim o fim do segundo império. Desestruturado não só por ataques de germânicos, como também por uma nova religião, o cristianismo, oriundo do povo judeu que haviam sido subjugados pelos romanos em uma de suas conquistas. O cristianismo se tornou a crença da maioria da população a principio clandestinamente, pois só o imperador Constantino concede liberdade de culto aos adeptos da religião cristã, ato que ficou registrado na História como Edita de Milão; Posteriormente o imperador Teodósio decreta o cristianismo co-

mo religião oficial do império romano. Com o fim do império do Ocidente tem início o reinado dos povos germânicos e a formação de uma sociedade hierarquizada adoradora de um novo deus.

2.4 Historiografia Medieval

Cabe a Idade Média o mérito de atribuir uma “ dimensão ” filosófica à história. O cristianismo triunfante impõe, efetivamente, uma nova visão de mundo (BORGES, 2007). P. 18

A Idade Média impõe-se como uma nova forma de explicar o mundo, “os primórdios”, surge à ideia de um deus único diferente das religiões greco-romana que era politeísta. Esse ser único e superior chamado de “Deus” seria o criador de todas as coisas. Surge também uma nova forma de contar o tempo, cujo marco é representado pelo nascimento do filho de Deus, Jesus Cristo, dividindo-o assim em antes e depois de Cristo (a.C.) e depois Cristo (d.C.).Essa divisão da história em períodos compreende séculos com características semelhantes, facilitando para o “historiador”, o estudo das singularidades de cada época.

O mundo volta a ser explicado a uma intervenção divina semelhante ao mito, porém sua verdade, a origem e o fim de todas as coisas eram agora registrados em um livro a Bíblia, que se tornou a principal fonte de pesquisa das histórias dos povos antigos. O centro do mundo deixa de ser Roma e passa a ser Deus, objeto de estudo dessa história que nasce unida a filosofia, a teologia.

“Santo Agostinho é o primeiro formulador de uma interpretação teológica da história (do grego, *teos*, ou seja, “deus”) em sua obra A Cidade de Deus... (pp,22).Agostinho justifica a queda de Roma como consequência de um castigo divino, o qual condenou a cultura romana, que impunha a sua civilização a adoração de Roma como centro do mundo, lugar que segundo a concepção Agostiniana pertencente a Deus.

Segundo a concepção Agostiniana, Deus criou o mundo do nada e o dividiu em dois mundos: um perfeito em plano superior no qual habita Deus (O paraíso);e outro imperfeito onde vivem os seres humanos (a terra), espiando seus pecados para alcançar o propósito de sua existência, a salvação de sua alma

pois o homem teria conhecimento do seu início e fim, ambos seriam Deus. A Igreja foi a principal difusora dessa concepção e a instituição mais rica e poderosa de toda Idade Média, a maioria da população era camponesa e analfabeta “até mesmo o imperador Carlos Magno era analfabeto”. Somente membros do clero sabiam ler e escrever, logo as fontes de pesquisas mais abundantes da época se resumiram a vida de santos. Os homens viviam em uma luta constante consigo mesmos, buscando a redenção de seus pecados, suas ações teriam como consequência a salvação ou a não salvação de suas almas, após a morte.

Muitos historiadores defendem a idéia de que a Idade Média foi um período de trevas no sentido de que, toda historiografia Greco-romana que havia elevado o homem ao plano terrestre foi posta de lado por um mundo teológico, inteligível. Também durante a Idade Média a Europa aparece na história, unificando povos com culturas semelhantes na cultura europeia ocidental, nesse contexto surge também uma nova classe social, a burguesia.

Nesse período histórico houve um processo de resguardo da documentação primária (documentos escritos) nos conventos e igrejas onde os copistas traduziam importantes obras dos filósofos gregos e demais povos, do grego para o latim, divulgando aqueles importantes saberes que seria mais tarde a base da cultura literária e científica do movimento Renascentista, nos fins da idade Medieval e início da Idade Moderna.

2.5 Historiografia Renascentista

Na transição do mundo medieval para o mundo moderno, observamos o abandono da centralidade do objeto teocêntrico “Deus” e a instauração da centralidade do homem, ou seja, é a partir desse momento que os homens tomam consciência de seu papel de sujeitos históricos que constroem a história, nesse contexto, ressurgem a cultura da Antiguidade Clássica, o Antropocentrismo. Esta mudança de paradigma perdura sobre diversas formas até os nossos dias. Teve e continua a ter profundas consequências sobre todas as atividades teóricas e práticas da atividade humana.

É nesse momento também que começam a surgir os documentos leigos, produzidos por cronistas, muitos deles, membros do clero, que eram contratados

por membros da realeza para escrever sua história, sem o cuidado de averiguar a veracidade dos fatos. Outras fontes documentais da época eram diários e histórias de heróis, esses relatos em geral factuais, eram chamados de crônicas anais.

Houve também e inovação de significado aplicada a palavra “crítica”, que até o momento era utilizada como um adjetivo referente ao gosto, passando a ser utilizado pela história como um juízo de valor, “um método científico destinado a distinguir o verdadeiro do falso da história”. Houve um regresso à antiguidade grega, ao seria um progresso? Quanto ao conhecimento da importância de que os fatos, os relatos sejam questionados, investigados, possibilitando situar no tempo e no espaço a origem do documento, criticando-o quanto a sua veracidade e credibilidade.

Nesse período, os chamados eruditos utilizavam o “método crítico” apenas em discursões entre grupos de estudiosos que se reuniam para discutir suas teorias, o que a posteriori embasará o surgimento das primeiras Universidades.

A história socializada com a maioria era uma história tradicionalista que exaltava personagens heroicos, narrações sobre atos religiosos, políticos e etc. Não diferenciando até então a História da literatura, perdendo a noção de crítica ou autocrítica para assumir a condição de apenas simples relato dos acontecimentos mediante o olhar teológico da Igreja Católica.

É desse avanço de técnicas modernas eruditas aplicadas a História que surgirá entre séculos XVI e XVII, as “ciências auxiliares a História”: “a cronologia (estudo da fixação das datas), a epigrafia (estudos das inscrições), a numismática (estudo das moedas), a onomástica (estudo dos nomes próprios), a heráldica (estudo dos brasões), a sigilografia (estudo dos selos ou sinetes), a diplomática (estudo dos diplomas), a genealogia (estudo das imagens familiares), a arqueologia (estudo dos vestígios dos materiais antigos), a filosofia (estudo dos escritos antigos)”.

Toda essa evolução resultou em profundas mudanças em todas as dimensões das atividades humanas: políticas, sociais, ideológicas, filosóficas, científicas, educativas e etc. Esse processo é liderado pela classe burguesa, dando início a constituição do Estado Moderno e das nações modernas. Há também o florescimento das artes e de uma nova forma de ver o mundo e, consequen-

temente, de relacionar-se com ele, neste período denominado de Renascimento, há ainda a criação de novas teorias pedagógicas e a ampliação do processo do acesso á educação, frisando a participação ativa do sujeito em sua própria formação, embora com restrições para classe trabalhadora ou para os demais classes sociais que não fosse às elites objeto preponderante para os estudos da História naquele momento e em momentos posteriores da análise histórica.

2.6 Historiografia Iluminista/Racionalista

O Iluminismo foi um movimento filosófico, político e cultural que surgiu no século XVII, para defende a substituição de uma organização social baseada na teologia, por uma organização social baseada no Eurocentrismo, ou seja, no homem iluminado na luz da razão. Essa concepção mostra a História como decorrência do desenvolvimento linear, progressivo e ininterrupto da razão humana. Voltare, um dos maiores filósofos dessa corrente, dizia que: o homem “iluminado” levado pela fé em sua própria razão trabalha para seu próprio progresso. Esse ideal também era de interesse da burguesia que no fim das guerras napoleônicas, explica a nova realidade através de um sistema econômico racional, o Liberalismo, que se opõe a autoridade das monarquias e das igrejas. (BORGUES, 2007). Também se destacaram nesse período duas correntes, a Racionalista que nega as explicações procedentes de revelações divinas, defendendo o uso da razão para explicar as ações humanas. E, em oposição ao racionalismo surge o Empirismo, defendendo que é através da prática do cotidiano, dos sentidos humanos que se adquire o conhecimento.

O iluminismo se baseia na crença de que somente pelo uso da razão a humanidade poderia solucionar seus problemas, porque todos os problemas passariam pelo clivo da razão, mas para isto acontecer os seres humanos deveriam ser livres para pensar e agir. Assim para os iluministas a preocupação central era sempre o ser humano. Essa nova maneira de entender o mundo passa a ser o conceito de tudo como o eixo e núcleo em torno do qual estão situadas todas as demais coisas do universo

Para os iluministas a razão permitia o ser humano avaliar, julgar e ponderar, utilizando o raciocínio, e o juízo, e esse raciocínio se opunha as verdades sem a devida reflexão e os ensinamentos da Igreja Católica, muitas vezes bastante dogmática, seguindo qualquer explicação baseada na fé religiosa. Os pensadores iluministas não eram contrários à fé em Deus, mas aos dogmatismos das religiões, ou seja, aquelas verdades religiosas que deveriam ser aceitas sem questionamentos e ao misticismo ainda presente em diversos grupos humanos, valorizando-as com prejuízo as explicações racionais e científicas.

Embora os iluministas rejeitassem os ensinamentos ou práticas de qualquer religião organizada, eles defenderam a tese de que somente a razão é capaz de nos assegurar a existência de Deus. Os pensadores iluministas defendiam que a fé deveria ser racionalizada, por isso, eram contra as religiões organizadas, mas não contra Deus. Deus estava presente na natureza, portanto era racional e, além disso, acreditavam que bastava ao ser humano levar uma vida piedosa e virtuosa para encontrar Deus dentro deles mesmo. Além do Antropocentrismo e o Racionalismo, outra característica do pensamento iluminista é a ideia do progresso humano pela educação, afastando-se da superstição e do misticismo agudo de forma plenamente racional.

No século XIX surge o Eurocentrismo o qual apresenta História como um desenvolvimento contínuo, desde a Pré-história até o período contemporâneo, onde a História é vista num sentido linear, onde toda conclusão humana teria que caminha num sentido ou em direção as etapas históricas percorridas historicamente pela Europa, não “podendo-se” “queimar” etapas históricas ou tentar encontrar alternativas ou peculiaridades históricas de superação do linealismo que se projetava como “determinismo histórico”.

A Europa se coloca como referencial para reconstrução da História Moderna, o centro do novo mundo. O nacionalismo europeu, despertou-nos outros países, o interesse pelo conhecimento da sua própria História, fazendo surgir em cada país, pesquisadores particulares e a serviço dos governos, que se debruçaram sobre os documentos oficiais referentes ao passado de cada nação elaborando em geral uma História romântica. O movimento Racionalista ensejou outro momento da discursão historiográfica. Em que cada país tentou resgatar as raí-

zes de sua historicidade, fazendo nascer e proliferar os museus e bibliotecas especializadas em cada país.

A parti do século XIX, a História se desvincula da Filosofia e obtém o status de ciência autônoma, passando a ter métodos e ferramentas próprias do campo historiográfico, assim sendo, a História passa a ser reconhecida pelas demais ciências humanas, até então, anteriormente a este fato, a História não era vista pelos cientistas como ciência, por não poder formular leis” ou “teorias” que pudessem explicar em si a dinâmica histórica ou os fatos históricos num sentido mais racional, com uma grande probabilidade de “explicar” as ações humanas quando se sabe que isso é impossível, pois o homem é um ser imprevisível, dotado de vontade e que “variáveis ”, atuam sobre a vontade humana, seja ela individual ou coletivamente, onde a probabilidade de erro é grande em “enquadrar” ou tentar compreender a ação humana dentro de leis ou regras pré-estabelecidas ao que se sabe.

2.7 O Historicismo

O Historicismo... é uma crise da filosofia: descobriu-se a impossibilidade de uma verdade filosófica e a impossibilidade de não filosofar. Historicamente, o período marca o fim das filosofias da história evolucionista em direção a razão e se define essencialmente pela substituição do mito do progresso pelo mito do devir. (REIS, 2006, P.18)

O Historicismo surge na Alemanha com o filósofo Hegel que defende a existência de um espírito do conhecimento, um espírito histórico, com o qual ele define o Historicismo como sendo uma sucessão de fatos que estão relacionados entre si, ele percebe que nesses fatos há semelhanças em todo o universo, são essas semelhanças que Hegel chama de “Leis Universais”, regras semelhantes as “Leis da Natureza”. Para Hegel, essas “Leis Universais ” possibilitam aplicar as ciências sociais um padrão, assim como há um padrão nas ciências exatas, haveria também um padrão em cada fato social, construindo uma História progressiva e linear. Ele cria o conhecimento absoluto, metafísico. Para Hegel o papel do historiador é analisar os fatos objetivamente, observando as ge-

neralidades, e através dessas observações o historiador pode se antecipar aos fatos e fazer algum tipo de previsão.

Segundo Glénisson o século XIX, foi o século da História erudita, contrapondo-se aos literatos. Enfim, a História torna-se uma profissão. Fazendo-se necessário uma educação especializada. A Alemanha foi pioneira em preocupar-se em tornar realidade à especialização dessa disciplina. Essa iniciativa foi desencadeada pela preocupação em compreender e interpretar com maior eficácia os fatos, utilizando o método crítico na análise das fontes.

A ciência impõe-se como objeto de análise, de investigação para interpretar, compreender, explicar os fenômenos em todos os períodos históricos, utilizando seu próprio método, científico, buscando aproximar-se o máximo possível da verdade do objeto de estudo. As consequências da utilização do método científico geram transformações na vida social e econômica da sociedade. A História aqui tem o objetivo de estudar as ações, os fenômenos, segundo causas gerais regidas por padrões de regularidade, leis universais de interpretação dos fatos históricos.

Segundo o historiador e filósofo José Carlos Reis, essa ideia de “leis gerais” foi substituída pelo princípio da “individualidade histórica”. Pois não há modelos históricos concretos prontos, o evento é único. Segundo a concepção denominada de “história historicizante” ou “história episódica” (événementielle Paul Lacombe), a História se torna o princípio, a qual se opõe ao conhecimento a-histórico. E o papel do historiador consistia em estabelecer, a partir de documentos, os “fatos históricos”.

“A consciência histórica historicista nasce da compreensão dessa diferença e da aceitação de renúncia de encontrar “a fórmula” base da História do mundo”. A priori a História que ordena as ações em um determinado tempo e espaço, ou seja, um evento único, o qual não se repete. A História enfim se desvincula da Filosofia. “O conhecimento histórico não se aceitará mais sobre elementos a priori, será um conhecimento a posteriori”. O princípio da observação é o principal elemento de distinção entre História científica indutiva e, a Filosofia da História, dedutiva. A História se constitui empiricamente, o conhecimento se torna universal. O método histórico se tornou um referencial para as outras ciências

humanas. O objetivo de estudo do historiador passa a ser algo que possa ser localizado e datado em um determinado tempo e espaço.

2.8 Historiografia Positivista

A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer parecer o seu objeto. Ele evitara a construção de hipóteses, procurará manter a neutralidade axiológica e epistemológica, isto é, não julgará e não problematizará o real. Os fatos falam por si e o que pensa o historiador a seu respeito. (REIS, 2006, P. 18)

O precursor da corrente Positivista foi Augusto Conte (1798-1856), ele defendia que a História era registrada a partir de documentos oficiais, e que o papel do historiador não podia ser de imparcialidade diante dos fatos, estes deviam ser analisados e interpretados para uma compreensão mais ampla do evento naquele momento, visto que, “a História é uma ciência em construção”, que se encaixaria dentro da “Lei dos Três Estados” da teoria positivista, onde o último estágio desta evolução seria o “progresso” ou desenvolvimento, onde a ciência assumiria o seu papel de destaque na análise histórica aliados aos pressupostos do positivismo.

Segundo o historiador alemão Leopold Van Ranke (1796-1886) um dos maiores representantes da História científica no século XIX e de maior destaque da historiografia positivista, o conhecimento histórico era oriundo da objetividade dos fatos históricos, a História exposta no século XIX é uma história política feita através de documentos oficiais, logo a História é limitada a esses eventos dinásticos, religiosos, administrativos, diplomáticos etc. Ele frisava a necessidade de classificar os documentos em determinado tempo e espaço utilizando o método crítico para comprovar a autenticidade dos documentos. “Os fatos falavam por si”. Dessa forma era possível reconstruir o passado desvinculado do presente com fidelidade.

O desejo de construir a história sobre bases científicas, positivas, expressa-se, portanto, na ênfase do dado, ao evento, no culto à dúvida, à observação, à erudição e na recusa aos modelos literários e metafísicos. (REIS, 2006.p24)

Augusto Comte usa o termo “filosofia” na concepção geral que lhe davam os antigos filósofos, particularmente Aristóteles, como definição do sistema geral do conhecimento humano, e o termo “positiva” designa, segundo ele, o real frente ao quimérico, o útil ao inútil, o relativo frente ao absoluto.

Seu método de trabalho é o histórico genérico indutivo ou observação dos fatos, adivinhando-lhes por indução as leis da coexistência e da sucessão, e deduzindo dessas leis, por via da consequência e correlação, fatos novos que escapam a observação direta, mas que a existência verificou.

Para fundamentar sua corrente filosófica antimetafísica Comte, embasado nesse método, partiu da premissa de que é no ‘Estado positivo’ que o espírito humano reconhece a impossibilidade de obter noções absolutas. Assim renuncia a indagar a origem e o destino do universo e a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para se consagrar unicamente a descobrir, pelo uso combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, as suas relações invariáveis de sucessão e de semelhança.

No desenvolvimento de espírito humano, Comte admite uma lei fundamental que recebe o nome de “Lei dos Três Estados” que é à base de explicação da História: “O Estado Teológico-fetício e que tem diferentes fases (fetioísmo, politeísmo e monoteísmo) e em que o espírito humano explica os fenômenos por meio de vontades transcendentes ou agentes sobrenaturais; “O Estado Metafísico-abstrato onde os fenômenos são explicados por meios de forças ou entidades ocultas ou abstratas e o Estado Positivo-Científico”, no qual se explicam os fenômenos, subordinando-os às leis experimentalmente demonstradas. Segundo Comte todas as ciências passam pelos dois primeiros Estados e só se constituíram quando tivessem chegado ao terceiro Estado.

Embasado na concepção biológica da sociologia, Comte entende a sociologia como um organismo cujas constitutivas são heterogêneas, mas solidárias, pois se orientem para a conservação do conjunto. Assim, a semelhança do organismo, encontra-se nela, uma divisão das funções especiais, onde se nota uma presença da espontaneidade, da necessidade e da subordinação de todas as suas partes a um poder central e superior.

Como doutrina e método, o positivismo passa a enfrentar a sociedade individualista e liberal, através da ordem e do progresso, que Comte, partindo da

noção de "solidariedade" que impera nas sociedades, apresenta uma política de paz e amor, substituindo a ideia sobrenatural do Direito pela ideia natural do Dever. A política positivista não reconhece nenhum direito além do dever a cumprir e assim nega categoricamente a própria existência do direito como tal.

O homem como individualidade não existe na sociedade científica, se não como membros de outros grupos, desde a família até o político. Também não há lugar para a liberdade de consciência e a própria soberania popular é um termo vazio de sentido em uma política positiva, onde a ditadura se exercita num despotismo espiritual e atemporal, pois adota o princípio da força como fundamento do governo.

Para os positivistas a ditadura não é tirania, não é autocracia, uma vez que a exerça um governo verdadeiramente republicano. Ditadura, para eles, significa governo em que se concilia o predomínio político de forças materiais que desconhece a livre supremacia de uma autoridade espiritual independente, como a preocupação exclusiva do bem político.

A moral Comtiana se funda no império do instinto, que se inclina para os outros e que se chama altruísmo (termo criado por Comte). O homem tem instintos egoístas e altruístas. Se os primeiros são necessários, não o é menos o segundo, porquanto a humanidade pode vir em sociedade, e esta só progride, de acordo com Comte, pelo sacrifício e pela dedicação, de modo que a lei da existência da humanidade, para ele, é a lei que se resume na fórmula "Viver para o outrem". Por isso a moralidade consiste na preponderância dos instintos altruístas sobre os egoístas: preponderância que resulta fatalmente na educação e na ciência.

3 Capítulo II. O Materialismo Histórico: uma síntese histórica

Karl Marx filósofo alemão considerado o pai do materialismo histórico, para ele, foi fundamental a passagem por Feuerbach, pois é através dele que Marx organiza as suas ideias, dando sentido a dialética de Hegel e o materialismo de Feuerbach “Os filósofos simplesmente interpretaram o mundo de diferentes maneiras, agora trata-se de mudá-lo ou modificá-lo” (11 Teses Feuerbach).

O materialismo surge na Antiguidade Clássica. Foi do pressuposto de que tudo é matéria, inclusive as próprias ideias. O materialismo não apreende o papel das ideias no desenvolvimento histórico, para ele a História se reduz ao um movimento mecânico, e férreo de leis que se impõe de forma inevitável aos seres humanos, enfim as leis da sociedade seriam as mesmas leis da natureza.

Esse materialismo insipiente não conseguiu e, isso é evidente hoje, explicar o complexo processo que é a História dos homens, os materialistas de outra não conseguiram perceber que a História é um processo, assim, eles foram denominados de “materialistas mecanicistas”. Essa debilidade do materialismo mecanicista foi superada pelo pensamento de Marx a partir do exame da sociedade capitalista após a Revolução Industrial e Francesa. A primeira, ao elevar as forças produtivas a um novo patamar, mostrando até que ponto a História é independente da natureza, contrariando as teses materialistas dos iluministas. E a última deixou ainda mais claro como as ideias dos homens e as possibilidades objetivas se articulam para compor a História humana, por tanto, tanto a matéria como as ideias tem um papel fundamental na transformação da História.

Marx teria criado uma “teoria geral” do movimento das sociedades humanas. Essa teoria geral seria um conjunto de hipóteses a serem submetidas a análise e a verificação. Suas hipóteses principais são: (a) a produtividade é a condição da transformação histórica, isto é, se as forças produtivas não se modificam, a capacidade de criação da vida humana se imobiliza, e se elas se modificam tudo se move, (b) as classes sociais, cuja luta constitui a própria trama da História, não se definiriam pela capacidade de consumo e pela renda, mas por sua situação no processo produtivo; (c) a correspondência entre forças produtivas e relações de produção constitui o objeto principal da História-Ciência, que a aborda com os conceitos de “modo de produção” e “formação” (VILAR *apud*, 1982, p.356).

O Marxismo ou Materialismo Histórico surge no século XX, buscando explicar a sociedade através de suas características econômicas dos seus modos de produção e oposição social oriunda das divisões das classes sociais.

O percussor dessa corrente é Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), que ao observar o sistema capitalista, propõe uma nova forma de compreender a realidade, através de um processo de descontinuidade socioeconômica da História, ou seja, o Materialismo Histórico, embasado na infraestrutura e na superestrutura e, cujo antagonismo entre as forças produtivas desencadeariam as lutas de classe e as transformações sociais, que segundo Marx, são o motor da História.

A partir desse processo movido pelo jogo de poder entre a força dominante “a burguesia” e a força dominada “os operários”, surgiria uma nova classe social, “os proletários” que buscavam a ruptura do modo de produção capitalista e a implantação de um novo modo de produção o “Socialismo”.

Ainda no século XIX, “os proletários” tomam consciência que constituem uma classe oriunda das desigualdades econômicas que por sua vez é oriunda de uma parcela minoritária da sociedade, industrial, a qual tem o poder de manipular a massa que ignora o forte vínculo entre poder econômico e poder político, não se reconhecendo como força matriz que sustenta esse vínculo, mantém e expande o modo de produção que os oprime, o sistema capitalista.

O Materialismo Histórico tem por finalidade dar respostas a problemas concretos da realidade, como a superação da “alienação social”, por exemplo.

A alienação é um fenômeno pelo qual os homens criam ou produzem alguma coisa, dão independência a essa criatura como se ela existisse por si mesma, deixam-se governar por ela como se ela tivesse poder em si mesma, não se reconhecem na obra que criaram, fazendo-a um ser-outro, separado dos homens, superior a eles e com poder sobre eles. (MARX, APUD CHAUÍ, 2003, p.171)

Marx investigou a fundo a “alienação social”, objetivando compreender por que os homens ignoram que são os criadores da sociedade e que esta foi criada por um deus ou por forças da natureza, mas, que são eles próprios os criadores das instituições sociais nas quais estão inseridos; família, religião, política, economia a práxis. “Marx denominou esse desconhecimento da própria

práxis com a expressão “alienação social”, que esta presente em toda as instituições, o que difere é apenas a intensidade com a qual ela se representa”.

A religião foi em determinado momento histórico a principal forma de alienação social, ao longo da História e o homem busca através dessa explicar “a origem de todas as coisas”.

Segundo Marx, a religião é uma forma de alienação, um ato pelo qual o homem se despe de suas qualidades ou de sua essência e as projeta em representações falsas da divindade, nesse caso, a religião se torna uma representação alienada da essência humana. “Nas sociedades primitivas, a alienação atua principalmente nas concepções de mundo que depositam nas forças sobrenaturais a capacidade de fazer História que, sabemos hoje, é puramente humana”. Portanto, a concepção religiosa de mundo sobrevive até os nossos dias, porque dentro das condições sociais típicas do capitalismo, ela continua a corresponder a uma necessidade socialmente sentida. “A religião é, na verdade, a consciência e sentimentos próprios do homem que ou ainda não se encontrou já se perdeu”. (Contribuição e Crítica da Filosofia do Direito de Hegel). (KONDER *apud* MARX, 2009, p.80)

3. 1 A Origem de Todas as Alienações

A alienação no trabalho consiste em o operário produzir um objeto que, transformado em mercadoria, não lhe pertence como produto nem pertence aquele que o adquire. O objeto fabricado pelo trabalho humano tornou-se estranho a seu produtor. Nesse sentido, o trabalhador perde o domínio sobre sua própria obra. A origem de todas as alienações reside na alienação do trabalho, de maneira simplória, a propriedade privada é a expressão da alienação do trabalho, mas, em certo momento histórico, com a complexificação da sociedade produz uma ação recíproca. Alienação do trabalho e propriedade privada. Em nossa sociedade moderna ou capitalista, a alienação econômica decorre da coisificação do homem, ou seja, da transformação dos homens em coisa, esse processo alienante atinge seu ponto culminante da ser humano, a partir daí, as re-

lações dos homens entre si são alienadas, pois os homens se tornam estranhos uns aos outros não se comunicam mais diretamente, suas relações são mercantilizadas, mediatizadas pelo mundo das mercadorias e pelo dinheiro.

Por fim, Marx estava seguro de ter encontrado na alienação econômica a raiz do fenômeno global da alienação. Ele sabia que, antes de poder fazer política, ciência, religião etc, os homens precisam comer, beber, vestir e ter um teto para morar. Sabia que antes do trabalho intelectual típico, o homem tem de realizar o trabalho material de que depende sua subsistência.

3.2 Desenvolvimento das Forças Produtivas

O precário desenvolvimento das forças produtivas fazia com que a humanidade dependesse bastante dos eventos da natureza para a produção dos bens indispensáveis a reprodução social. Um ano de fome ou um clima bom poderia ser a diferença entre anos de fome ou de menos carência, isso se devia ao parco desenvolvimento das forças produtivas até a entrada do século XIX.

Após a Revolução Industrial os eventos da natureza exercem, sobre a nossa História uma influência muito menor que há poucos séculos. Essa maior proximidade do homem com a transformação da natureza lhes deu uma maior independência frente às barreiras naturais. Foi a partir daí que os homens passaram a perceber que, não é a natureza, e sim, os homens, os responsáveis pela História da humanidade. Portanto, é pelo trabalho (prévia- ideiação e objetivação) que ao transformar a natureza a humanidade cria novas possibilidades e necessidades objetivas e subjetivas – isso evidencia de maneira clara que a História não se repete – isso significa que são as novas condições de existência objetivas que determinaram o desenvolvimento da consciência.

O surgimento do excedente econômico proporcionou historicamente um enorme desenvolvimento do processo do trabalho, devido a esse aumento, as necessidades humanas imediatas foram superadas, gerando um excedente para ser usado no processo de trabalho, desenvolvendo as forças produtivas, que é o

conjunto dos meios de trabalhos, os objetos de trabalho e a força de trabalho. Dessas, é à força de trabalho a mais preciosa das forças produtivas, é ela quem viabiliza, através do acúmulo de gerações, aperfeiçoam e inventam instrumentos de trabalho, descobrem novos objetos, adquirem habilidades e conhecimento. A articulação entre forças produtivas e relações de produção, que se chamam de modo produção, é extremamente complexa, variando ao longo da História e exigindo para sua compreensão, análises rigorosas e detalhadas. E isso por uma razão central, determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas requer relações de produção também determinadas – deve haver uma correspondência das relações de produção as forças produtivas.

“Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social, o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral, não é a consciência dos homens que determina o seu ser: é o seu social que inversamente, determina a sua consciência”. (MARX *apud* PLEKHANOV, 2011, P.45).

As forças produtivas possuem uma tendência a se desenvolverem ao longo da história, o desenvolvimento das forças produtivas é sobretudo, um enriquecimento da capacidade de trabalho humana, essa progressão nada tem de ocidental, mas está fundamentada na racionalidade e na inteligência dos homens e na escassez econômica, assim tem a tese da primazia das forças produtivas, não uma primazia causal, mas em uma primazia explicativa, segundo a qual se pode explicar o fenômeno pelos efeitos que ele engendra.

3.3 Marx e a teoria da História

Para Marx a História é fundamentalmente o crescimento do poder produtivo humano em que formas de sociedade surgem e desaparecem conforme possibilitem e promovam ou inibam e dificultem esse crescimento. Esse entendimento

vem da interpretação do Prefácio de 1859 que é A Contribuição à Crítica da Economia Política, esse prefácio mostra o ponto de vista de Marx sobre a História e a formação da teoria do Materialismo Histórico.

[...] na produção social da sua própria existência, os homens entram em relações determinadas, indispensáveis da sua vontade, essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sob a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política... (CRÍTICA MARXISTA 31 *apud* PREFÁCIO A CONTRIBUIÇÃO PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA, 1982, pp. 82

A História de todas as sociedades aos nossos dias, diz o Manifesto Comunista, “é a História das lutas de classe, logo, todas as mudanças históricas fundamentais são causadas pela luta de classe”.

Marx encontra essa resposta na natureza das forças produtivas: “as condições nas quais determinadas forças produtivas podem ser empregadas são as condições de dominação de uma determinada classe de sociedade”. A classe que domina durante um período, ou que, emerge triunfante de uma época de conflitos é a classe mais bem adaptada, mais capaz e disposta para dirigir o desenvolvimento para as forças produtivas em um período determinado: “A revolução não consiste em uma alteração das forças produtivas, mas em uma transformação das transformações sociais: logo, a função da mudança social revolucionária é desbloquear as forças produtivas”.

A luta de classe é, sempre, essencial para a transformação social, ela é o maior motor imediato da História.

A História é bem mais do que o desenvolvimento do espírito humano. Foi com base nessa nova situação histórica, com o novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas, que Marx pode elaborar uma nova concepção de História que superou tanto o Idealismo quanto o Materialismo do seu tempo. No plano político, o materialismo histórico-dialético permite superar o Idealismo Hegeliano.

Portanto, o Materialismo Histórico-Dialético concebe o mundo dos homens como síntese de prévia-ideação e matéria natural, nem apenas ideias, nem só matéria, mas uma síntese entre as duas tipicamente realizadas no e pelo trabalho, que origina uma nova forma de ser: o mundo dos homens, prévia-

ideação, isso nos mostra que a História é irrepitível. Logo, o que pode haver são avanços ou retrocessos, ou seja, a História é cíclica como uma espiral.

O método dialético aplicado a História da humanidade por Marx e Hegel leva a constatação de que, no movimento da História, tal como ele vem sendo realizado pelos homens, se manifesta em uma lógica interna, um encadeamento necessário na sucessão das grandes transformações. A necessidade histórica, entre tanto, não é e nunca foi uma força independente da vontade dos homens. Os homens- os indivíduos – agem, cada um perseguindo os seus próprios fins. As ações individuais, todavia, na medida em que alcançam repercussão na História coletiva, não são puramente casuais, arbitrárias, porque partem de desafios concretos, objetivos, colocados pela situação material em que vivem os homens de cada época, de cada povo, de cada social.

O Materialismo Histórico é ‘constatativo’ e não ‘normativo’. Não prescreve o primado do econômico para todo o sempre, limita-se a tornar inteligível o primado do econômico tal como se ele vem ocorrendo até nossos dias e tal como ele se manifesta na realidade presente. (KONDER, 2009, P.48)

A concepção materialista da História é à base da explicação histórica, mas não à explicação histórica em si. A História não é como as ciências da natureza que, via de regras, você manipula um objeto imóvel, estático etc.

Portanto, o Materialismo Histórico Dialético é a passagem da crítica à interpretação da História em Marx, em outros termos, dada a natureza histórica do homem atribuída por Marx ao processo de autocriação do homem, fazia-se necessário para ele elaborar uma teoria da História.

A teoria da História universal, que Marx nos apresenta, é uma teoria da sucessão dos regimes econômicos, sendo cada regime definido essencialmente pelas relações de produção, noção que engloba simultaneamente as forças de produção, os meios técnicos de produção e a organização do trabalho e a sua mais-valia.

Segundo Marx é o modo de produção que determina o tipo de sociedade que se constituirá em cada momento da História, são as relações sociais, um

reflexo das condições materiais de existência da humanidade, na qual cada homem tem um papel de intervenção na estrutura socioeconômica e política, evoluindo e transformando a História, ideologia que se opõe a concepção tradicional, na qual apenas os homens que ocupam um lugar de destaque na sociedade, o "herói", é um agente de transformação da História. Na concepção marxista a economia é à base da estrutura social, as condições de trabalho e a forma de produzir formam a "infraestrutura", a base, sobre a qual a superestrutura é levada. Sendo assim, o modo de produção determina o tipo de sociedade que será dominado pela classe que exercer a função mais importante, classe esta, ao longo da História sempre construída por minorias.

Por que os homens não tem consciência de seu papel de serem sociopolíticos criadores da realidade na qual estão inseridos? Para responder a esta indagação, Marx estudou a forma como as sociedades são produzidas historicamente, uma sociedade seja ela pequena ou grande, seja ela uma tribo ou um império, ela sempre se inicia por uma divisão que será o alicerce de toda organização social posterior. Mas precisamente, Marx fala em uma divisão social do trabalho.

Sabemos que, no período denominado pela cronologia tradicional como Pré-História, os seres humanos em busca de sobreviver às adversidades da natureza e melhor explorar os seus recursos, se dividiram em grupos e dividiram também as tarefas. Homens, mulheres e crianças tinham papéis específicos construindo a primeira instituição social, à família, na qual o homem torna-se chefe e dominador da mulher e filhos.

As famílias passam a produzir os subsídios necessários para supri suas necessidades e a trocar produtos, formando a segunda instituição social: a troca, ou seja, o comércio. Algumas famílias licito ou ilicitamente adquirem terras melhores que outras famílias, passando a produzir mais, tornam-se mais ricas. As famílias mais pobres, por produzir pouco, veem-se obrigadas a trabalhar nas terras das famílias mais ricas, emerge dessa empregatícia o trabalho servil que posteriormente culminara no trabalho escravo.

As famílias mais ricas unem-se no intuito de realizar mais uma divisão social, agrupar as famílias mais pobres e dividi-las entre si, passando a partir desse momento a exercer controle sobre elas, excluindo as famílias pobres de qualquer poder, assim surge a quarta instituição social: o poder político que posteriormente dará origem ao Estado. Ao longo do tempo as divisões sociais se multiplicam (infraestrutura), assim como as instituições sociais (superestrutura). É a este processo que Marx se refere quando discorre a cerca da estrutura da sociedade como “divisão das classes sociais”, a qual denomina de “condições materiais” da vida social e política, por se referir as práticas que garantam a sobrevivência da humanidade.

O fato de que a mudança de uma sociedade ou a mudança histórica se faça em condições determinadas levou Marx a afirmar “os homens fazem a História, mas o fazem em condições determinadas”, isto é, que não foram escolhidas por eles, Por isso também, ele disse. Os homens fazem a História, mas, não sabem que a fazem. (MARX, *apud* CHAUI, 2002,p.173)

Segundo o “Prefácio de 1859” ao alcançar certo nível de desenvolvimento “as forças produtivas materiais” da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes. Iniciando um período de revolução. Partindo do pressuposto de que o modo de produção capitalista é resultado da evolução dos modos de produção anteriores e que cada sociedade traz em sua formação o princípio de sua própria contradição o que impulsiona a constante transformação da sociedade, esta, da margem para instauração de um novo modo de produção, mais evoluído, “cujo motor da História” não seria mais a luta de classes, ou seja, um processo descontínuo que representaria uma ruptura, mas também um processo de continuidade, visto que, há uma ligação entre a evolução constituídas pelas mudanças quantitativas que produziram as mudanças qualitativas oriundas do movimento revolucionário no processo de desenvolvimento de uma nova forma de organização social, de um novo modo de produção.

3.4 A Escola dos Annales

No século XX surge uma nova concepção de História que se oporá a História escrita pela “Historiografia tradicional”, a “Escola dos Annales”. Os precursores dessa nova historiografia são Marc Bloch e Lucien Febvre.

Bloch e Febvre se conheceram, após o fim da Primeira Guerra Mundial, na Universidade de Estrasburgo que os contratou para lecionar. Esses docentes tinham em comum a ideia de que a historiografia tradicional predominante que tinha o fim do teológico, não retratava a realidade da época em todos os seus aspectos: social, econômico, político, cultural e etc, por isso, a teoria da História necessitava de ser repensada. No intuito de difundir suas ideias eles resolveram fundar em 1929 uma revista, chamada “Annales”.

A revista Annales representou uma ruptura, com a historiografia “tradicional” linear, pois defendia o estudo do homem comum, da sociedade como principais protagonistas da História, introduzindo assim a sociologia na História. Percebe-se nessa atitude a influencia das Ciências Sociais na História.

Essa revista (ANNALES) seria o porta voz do apelo dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da História.(BURKE.1997).

Bloch e Febvre defendiam “interdisciplinaridade” entre as Ciências Humanas, ou seja, a associação da História que tinha o status de disciplina reconhecida pelas instituições de ensino, com as Ciências Sociais que estavam antenadas com a realidade social, pesquisavam a História de pessoas comuns, seus hábitos, suas emoções, seus efeitos, etc. a História do cotidiano, porém, não era reconhecida pelas instituições de ensino, que eram norteadas pela historiografia tradicional que destoava da realidade histórica presente, desencadeado um distanciamento entre História efetiva e conhecimento histórico e, posteriormente uma crise do conhecimento histórico. Nesse contexto, novos problemas surgiram e os instrumentos tradicionais estavam ultrapassados pelo desenvolvimento e conhecimento da sociedade, logo a teoria da História vigente não estava apta a solucioná-los e, assim as instituições históricas enfraqueceram e perderam espaço para as metodologias oriundas da união entre Ciências Humanas e Ciências Sociais. Inicialmente a História se une a Geografia e principalmente com a Sociologia, dando origem respectivamente a História Econômica, a Geohistoria e a História Social.

Essa nova concepção historiográfica a “História Nova”, só é possível a partir de outra “ideia nova” dos Annales: a passagem do fato histórico “bruto” ao fato histórico “construído” (REIS, 2006,p.76) toda renovação em História,

toda “escola histórica” realiza uma mudança profunda na representação do tempo histórico, apoiadas em mudanças ocorridas na História efetiva. Bloch e Febvre inovam na concepção de tempo histórico, com o método regressivo e posteriormente surgem outras inovações na concepção de tempo que marcam a concepção de História perenemente. Para os Annales, “tudo é história”, portanto, não deve haver nenhuma região interdita ao historiador no uso das fontes para construção da História “total”, ou seja, a ambição de aprender o todo de uma época, uma abordagem holística de uma sociedade. Segundo Febvre, a História total pode ser considerada como “tudo”, sem contrariar a História-problema.

3.5 A Interdisciplinaridade

Essa revista (Annales) seria o porta voz do apelo dos editores a favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da História. (BURKE, 1997).

Bloch e Febvre defendiam “interdisciplinaridade” entre as Ciências Humanas, ou seja, a associação da História que tinha o status de disciplina reconhecida pelas instituições de ensino, com as Ciências Sociais que estavam antenadas com a realidade social, pesquisavam a História de pessoas comuns, seus hábitos, suas emoções, seus efeitos, etc. a História do cotidiano, porém, não era reconhecida pelas instituições de ensino, que eram norteadas pela historiografia tradicional que destoava da realidade histórica presente, desencadeado um distanciamento entre História efetiva e conhecimento histórico e, posteriormente uma crise do conhecimento histórico. Nesse contexto, novos problemas surgiram e os instrumentos tradicionais estavam ultrapassados pelo desenvolvimento e conhecimento da sociedade, logo a teoria da História vigente não estava apta a solucioná-los e, assim as instituições históricas enfraqueceram e perderam espaço para as metodologias oriundas da união entre Ciências Humanas e Ciências Sociais. Inicialmente a História se une a Geografia e principalmente com a Sociologia, dando origem respectivamente a História Econômica, a Geoistória e a História social.

Essa nova concepção historiográfica a “História Nova”, só é possível a partir de outra “ideia nova” dos Annales: a passagem do fato histórico “bruto” ao fato histórico “construído” (REIS, 2006,p.76) toda renovação em História, toda “escola histórica” realiza uma mudança profunda na representação do tempo histórico, apoiadas em mudanças ocorridas na História efetiva. Bloch e Febvre inovam na concepção de tempo histórico, com o método regressivo e posteriormente surgem outras inovações na concepção de tempo que marcam a concepção de História perenemente. Para os Annales, “tudo é história”, portanto, não deve haver nenhuma região interdita ao historiador no uso das fontes para construção da História “total”, ou seja, a ambição de aprender o todo de uma época, uma abordagem holística de uma sociedade. Segundo Febvre, a História total pode ser considerada como “tudo”, sem contrariar a História-problem.

3.6 A Inovação das Fontes

A união entre as Ciências Humanas ampliou os campos de pesquisa. Logo as fontes de pesquisas se tronaram abundantes e diversas. As fontes agora eram registros das áreas econômicas, psicológicas, geográficas, enfim, tudo o que se remetesse a ações humanas ao longo do tempo. A fonte documental não será mais a priori de uma pesquisa, mas sim o problema elaborado pelo historiador justamente com uma teoria norteando a pesquisa, observando e interpretando o passado em busca de responder as indagações de um problema proposto no tempo em que vive o historiador, o presente. Nesta pesquisa “científica” embasada em determinada “teoria”, deve-se proceder de modo que as indagações propostas, as metodologias e técnicas utilizadas, possam ser verificadas por qualquer cientista ou historiador em qualquer parte do mundo. Ciente do que o historiador ou pesquisador quis demonstrar. Com o propósito de aproximar-se cada vez mais de explicações verídicas, sobre o homem em sociedade e não mais determinar as pesquisas, ou o evento como verdades imutáveis, finitas. E estando ciente de que as civilizações apresentam níveis diferentes de desenvolvimento o historiador não deve problematizar uma pesquisa com recortes temporais para uma localização mais precisa do fato e posterior análise e compreensão do todo. Portanto, caberá ao historiador a autonomia de constru-

ir o passado através de indagações de seu próprio tempo, reafirmando a ideia de Lucien Febvre “a História é filha de seu tempo”.

3.7 O Historiador na Concepção dos Annales

Nessa nova perspectiva o historiador teria um papel de extrema importância, pois se baseando na História como “uma ciência que estuda o homem em determinado tempo e espaço”. Cabe ao historiador determinar o tempo e o espaço específico que irá pesquisar, objetivando compreender esse espaço/tempo, através de uma problematização, renovação e ampliação das fontes e técnicas de forma global, rompendo definitivamente com a filosofia da História que tem um fim teleológico, dotando o homem de razão absoluta. Rompendo com as metodologias tradicionais cujas fontes eram restritivas, individuais, ideológicas, partidárias e narrativas- utilizando biografias elitistas que registravam apenas as ações de supostos “grandes homens” e seus “grandes feitos”, ou seja, não era atribuição do historiador problematizar a História por meio de hipóteses, para assim, reler o passado. Ao historiador cabia reconstruir o passado minuciosamente por meio de descrição definitiva- registrava-se uma História individualista que só podia ser comprovada através de documentos oficiais.

3.8 O “Paradigma” dos Annales

Bloch e Febvre não defendiam um modelo de escola historiográfica, mas a integração das Ciências Sociais à História (INTERDISCIPLINARIDADE), devido ao seu objeto de estudo em comum, o homem comum, com sua aliança com as Ciências Sociais e conseqüentemente incorporação de novos objetos, com seus métodos, suas técnicas e a incorporação de suas fontes, laborados em uma “História-problema”, para assim registrar um “conhecimento” científico histórico.

Essa nova visão da História de Bloch e Febvre, suscitou um questionamento: a “nova história” constituía uma teoria ou um paradigma?

O paradigma dos Annales consiste na pesquisa como funciona o sistema dado de uma sociedade em suas múltiplas dimensões temporal, especial, humano, social, econômico, cultural, acontecimento [...] Faz à análise entre parte e todo e não entre antecedentes e consequentes [...] pesquisa as várias funções da comunicação, inclusive a simbólica e inconsciente (STOIANOVITCH, *apud REIS*, PP.236-7).

3.9 As Três Fases da Escola dos Annales

A “Nova História” iniciada com a “Revista Annales d’ Histoire Economique et Sociale” Foi dividida em três momentos distintos por seus representantes: Marc Bloch e Lucien Febvre de 1929 a 1945/46, Braudel de 1946/66, os “herdeiros do Annales”, como ficou conhecida a terceira geração de 1968 em diante na qual se destacaram Jacques Le Golf, Emmanuel Le Ladure e George Duby.

3.10 1ª Primeira Fase.

A primeira fase com Bloch e Febvre é caracterizada pela luta contra a História tradicional, principalmente quanto ao seu caráter político. A nova concepção de História tem como marca a implantação da interdisciplinaridade, “a renovação da compreensão da temporalidade histórica” que possibilitou a inovação da escrita Histórica pelo historiador, utilizando o “método retrospectivo”. Indagando um objeto de pesquisa a partir de seu tempo, o presente, em uma “História-problema”, na perspectiva de construir a História e não mais de reconstruí-la. Segundo Bloch, o tempo é contínuo e, as sociedades dinâmicas sofrem a ação do tempo refletido em avanços e retrocessos.

A primeira edição da revista Annales defendia a união das Ciências Sociais a História, os artigos foram construídos embasados “pelo exemplo” e “pelo fato” em detrimento de embasamentos teóricos, implicando o “espírito” da revista que era de analisar problemas sem causar polemicas. A crítica contestou a falta de explicações teóricas, visto que o Annales se dizia defensor de uma História-problema. Seu primeiro artigo foi curto, assim como o número de edi-

ções. Talvez por isso a revista inicialmente não tenha obtido grande destaque, embora tenha representado um marco na historiografia francesa. Mudou de nome duas vezes, sempre visando adaptar-se as mudanças da sociedade. Expandiu-se apenas, após a Segunda Guerra Mundial, quando finalmente superou a historiografia tradicional em influencia mundial. Em 1946 a revista tornou-se uma instituição, seus fundadores se separam, passando a lecionar em instituições diferentes, Bloch vai para Soborne e Febvre vai para Collégê de France.

Erneste Laborusse também participou da fundação da revista e dá "Escola Annales", influenciado pelas ideias de Karl Marx, pode-se dizer que ele representou a transição da primeira fase da revista para a segunda fase, como um referencial de uma História mais quantitativa do que social(quantitativa), com suas obras *Esquisse du Mouvemem dès Prix at des Revenus au XVII e Siêcle*, de 1933, (*Mouvemem esboço de preços e dos rendimentos em França no século XVII*.) E *La Crise de l'ECONOMIE Française à La Fin l'Ancien Régime*, de 1943 (A crise da economia francesa no final ao Antigo Regime) juntamente com as obras de Braudel serviram de inspiração para importantes trabalhos desenvolvidos na segunda fase do "Annales". Labrousse utilizou dados estatísticos, técnicas econômicas sofisticadas na análise dos dados. (Grenier, & Lepetit, apud REIS. 1989, 1.337-1.360).

3.10.1 2ª. Segunda fase

Na segunda fase da revista Annales, a principio Febvre continua na direção, posteriormente passa a dirigir o centro de pesquisa "École Pratiques dès Hautes Études" e Fernand Braudel assume a direção da revista.

A revista recebe um terceiro nome "Economies, Societés, Civilisations, devido ao novo campo de pesquisa: a civilização". Todas as mudanças de título da revista tem haver com os novos objetos de estudo oriundo da interdisciplinaridade, mas sem ferir os pressupostos de Bloch e Febvre defendidos na primeira fase da revista, de escrever uma História-problema e global, porém os temas econômicos e sociais permaneceram.

Braudel, no intuito de definir o conceito de "civilização" escreveu um manual "Grammaire des Civilizatinans" 91987) (Gramatica das Civilizações) no

qual o conceito de "civilização" variou em cada país, foi por certo tempo considerado o antônimo de "barbárie, primitivo, arcaico, posteriormente foi considerado sinônimo de "cultura" e ainda havia os que consideravam como significado do todo de uma sociedade". Assim sendo, uma civilização é uma "área cultural que pode ser dividida em áreas menores, mas para História-social, a civilização possui um tempo mais longo do que o de uma determinada sociedade, constituindo uma estrutura de longa duração" Enquanto as ciências não consideram a temporalidade em suas pesquisas a História analisa em um tempo de longa duração. Essa concepção de tempo que fez Fernand Braudel o maior pensador da segunda fase dos Annales.

Braudel foi o maior teórico dessa fase, ele discernia a História como algo quase imóvel, segundo ele, algumas mudanças só podiam ser percebidas na relação do homem como meio, durante um longo período e que a História é construída mais por permanência (continuidade) do que por rupturas (descontinuidade), passando a analisar e escrever uma História estrutural, através da observação dessas estruturas em um tempo de longa duração.

A estrutura sofre o "vento da História", que são seus eventos, e é obrigada a se rearticular, a mudar lentamente". A estrutura é o "não há nada de novo", que se envolve o evento, a novidade, ela é uma articulação dos "elementos já presentes nela".(REIS, 2004,P.104)

Segundo Braudel, as "estruturas" são como um conjunto de pressões, limites e barreiras, que interdita as diferentes variáveis de elevar acima de um certo teto. Tomemos como exemplo a religião cristã para aplicar o conceito de longa duração de Braudel. A religião cristã é uma "estrutura" de longa duração, pois no decorrer do tempo manteve os princípios propostos em sua origem, embora ela tenha sofrido várias transformações vertentes com conceitos divergentes do cristianismo, ou seja, a religião cristã sofreu ao longo do tempo, mas manteve sua essência, a "estrutura".

Segundo Reis, as estruturas são fenômenos geográficos, ecológicos, técnicos, econômico-sociais, políticos, culturais, psicológicos que permanece constante durante um longo período ou que evoluem de maneira quase imperceptível. As conjunturas são flutuações de amplitudes diversas, que se manifestam nesse quadro estrutural.

Tradicionalmente segue-se a concepção eurocentrista de tempo na periodização da História como um movimento contínuo: Pré-História, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, mas essa periodização deve ser considerada apenas como forma de facilitar o estudo de um determinado tempo/espaço em sua totalidade, visto que, há também uma descontinuidade na contemporaneidade representada, por exemplo, civilizações em pleno século XXI vivendo de forma primitiva. Outros historiadores dividem a História em antes e depois da escrita. Braudel não tinha o intuito de reformular essa divisão tradicional em períodos, seu conceito de três durações do tempo em curto, médio e longa duração era uma nova metodologia para nortear pesquisas e através destas, escrever a História, aproximando-se cada vez mais da História total defendida pelos fundadores da revista *Annales*.

3.10.2 3ª. Terceira fase

Após 1968, Braudel passou a dividir a direção da revista com um grupo de jovens historiadores, entre eles Jacques Le Goff e Le Roy Ladury, George Duby.

A *École des Hautes Études Sociales* é reconhecida como universidade e passa a conceder diplomas. A linha de pesquisa continua sendo a de Bloch e Febvre e Braudel, que eram medievalistas e modernistas, porém a terceira fase dos *Annales* é complexa para definir, pois não há um predomínio de temas a ser pesquisado como nas fases anteriores, mas é nessa geração dos *Annales* que as novas alianças expandiram os campos de trabalho, esse fato dá margem a boatos de que a teoria da História dos *Annales* estaria sendo fragmentada. Alianças são formalizadas como a psicanálise, a mitologia comparada, a climatologia, a antropologia, focando nos aspectos culturais da sociedade e acentuando o conceito braudeliano de longa duração no estudo dos novos campos de pesquisa como o cotidiano. Essa nova História privilegia o descrito em detrimento do quantitativo acentuado na segunda fase dos *Annales*. A Antropologia é o campo que mais se destaca para os historiadores por sua recusa ao documento escrito, o uso da longa duração e seus objetos de pesquisa- o homem comum, o cotidiano, a cultura, etc.

A Micro-História também se destaca como campo de pesquisa, com a finalidade de escrever uma História “total”, buscando analisar determinados objetos, que geralmente não é registrado pela “História Geral”. Por exemplo, ao analisar o tema : Segunda Guerra Mundial: recorta-se o tema em um ano ou dois em seguida problematiza-o iniciando com o “contexto geral” da guerra, suas circunstâncias, e no “contexto específico”, ou seja, na “Micro-História”, pode-se analisar a visão de um soldado “qualquer”, sobre as condições de subsistência nas trincheiras. A metodologia da Micro-História é extremamente específica na análise de determinada realidade do cotidiano. Esse método permite escrever a História na perspectiva do homem comum, lhe dando voz, enriquecendo o campo das fontes com minúcias que geralmente não são registradas pela História Geral ou total. O historiador passa a tematizar as relações humanas sobre qualquer perspectiva inclusive sobre as suas estruturas mentais. As mentalidades ou o estudo das estruturas mentais tem o intuito de conhecer além do que os olhos veem indo além do estudo psicológico “dos grandes homens”, analisando também a psicologia coletiva.

Os precursores da História das mentalidades são Marc Bloch com “Os Reis Taumaturgos” (1924), uma análise das crenças populares que atribuem poderes milagrosos e curativos a soberanos “ungidos por Deus”, e Lucien Febvre, com sua Biografia de Lutero (1942) que analisa uma personalidade com o *problema da incredibilidade do século XVI* (1942). Embora o termo “Nova História” tenha sido utilizado desde a intervenção de Bloch e Febvre na década de 30 na historiografia é na terceira fase da revista que a nomenclatura “Nova História” é “oficializada”, como registro da historiografia das relações humanas, do cotidiano sob todas as perspectivas.

3.11 A Escola dos Annales e a Teoria da História

Na concepção dos Annales, os homens não apreciam a mudança, não são fascinados pelo futuro, pelo desconhecido, eles não apreciam mudar. O que eles apreciam é continuar, permanecer. Portanto, os homens agem de forma incons-

ciente e involuntária e compartilham repetições dos mesmos gestos, pois para os Annales é a História que muda o homem. Essa é uma das principais diferenças entre o marxismo e os Annales, embora tanto o Annales como para o Marxismo, o objeto principal de uma pesquisa seja o homem comum, o ser que vive em sociedade, um ser histórico, para o Marxismo a história é considerada pelos homens enquanto para o Annales é a história que molda o homem. Já nas concepções Positivistas, Empirista e Historizante, as concepções da História das 'ações conscientes' dos 'grandes indivíduos', que realizam seus 'grandes feitos' dentro do Estado: em uma palavra, ela é événementielle (JULLIARD apud REIS, 1974,p,229), ou seja, escreve uma História acontecimental em uma concepção de tempo breve, de forma factual e narrativa, marcada por datas, atos heróicos, eventos singulares, rigor, metodológico exagerado, busca de verdades acabadas, e ênfase em fatos políticos.

A Escola dos Annales foi um movimento de ruptura que expandiu o campo de estudos da História por toda as áreas das Ciências Humanas em busca de estudar "o homem" em sua totalidade, constituindo um novo paradigma historiográfico na forma de analisar, produzir e registrar o conhecimento histórico. Os Annales escreveram uma Nova História.

Após essa breve análise sobre a Historiografia da História, o Marxismo Histórico e o surgimento da Escola dos Annales, relato no próximo capítulo minha experiência nas disciplinas de Estágios Supervisionados, como requisito para formação, e da importância desses momentos proporcionados pela grade curricular na formação do futuro docente.

4. Capítulo III. O Que é o Estágio Supervisionado no Ensino de História. Desafios a serem vencidos.

4.1 A Criação do IHGB: breve análise

Havia uma necessidade de se estruturar uma História da Pátria, de criar uma historiografia do Brasil de demonstrar a própria fundação dessa nacionalidade, de se construir uma identidade desse povo, o brasileiro. E para se explicar o que é ser brasileiro, é necessário buscar no passado os elementos. Sua principal função era a de promover investigação e produção de materiais científicos, sobre as regiões do Brasil, no intuito de compreender essa complexidade brasileira, e construir uma identidade cultural, política e social. O IHGB teria por principal função promover agendas de investigação e produção de relatórios científicos sobre as diversas regiões que integravam a nação, visando assim a uma maior compreensão da complexidade brasileira e à produção de uma identidade cultural, social e política. A inspiração para se criar esse instituto veio da Europa, Era preciso escrever a história do Brasil, mas uma História do ponto de vista da elite, que enaltece os grandes feitos dos heróis nacionais. Como destacou o historiador Antônio A. Dihel.

: “O IHGB, pela produção do conhecimento historiográfico, buscou, em primeiro lugar, o esclarecimento dos que ocupavam o topo da pirâmide social, os quais, por sua vez, trariam o esclarecimento ao restante da sociedade, tendo sido esse, basicamente, o ponto central no qual residiu o pensar a nação brasileira.” (Diheh, Antônio Astor. *A cultura historiográfica: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 25)

Para tanto, o IHGB elaborou, em 1846, um concurso aberto a intelectuais que se dispusessem a elaborar um manual sobre como escrever a história do Brasil. O vencedor desse concurso foi um pesquisador e viajante alemão chamado Carl Von Martius. Foi com Martius que nasceu o modelo de história do Brasil que levava em conta os elementos harmônicos das três raças (índios nativos, brancos europeus e negros africanos) e a influência da extensão territorial

na composição da nação brasileira. O modelo de Von Martius inspirou várias gerações de historiadores e literatos a pensar a história do Brasil.

Ainda hoje o IHGB segue com suas atividades, que se adaptaram à realidade atual do Brasil. Seus princípios, entretanto, continuam os mesmos: “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil”.

Localizado na Avenida Augusto Severo, n 8, 9º ao 13º andar no Bairro da Glória no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nasceu, em 1838, formou-se de aspiração de uma entidade que refletisse a nação brasileira que, não muito antes, conquistara a sua Independência.

Na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – hoje, por sucessoras, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro –, os secretários, cônego Januário da Cunha Barbosa e marechal Raimundo José da Cunha Matos, apresentaram proposta para a sua criação, concretizada em 21 de outubro daquele ano, em Assembleia Geral, firmada por 27 fundadores, previamente escolhidos.

Em 177 anos de profícua existência, tem-se caracterizado por atividades múltiplas, nos terrenos cultural e cívico, pela reunião de volumoso e significativo acervo bibliográfico, hemerográfico, arquivístico, iconográfico, cartográfico e museológico, à disposição do público, durante todo o ano, e pela realização de conferências, exposições, cursos, congressos e atividades afins.

Contou com o patronato do imperador D. Pedro II, a quem foi dado o título de Protetor, o qual incentivou e financiou pesquisas, fez doações valiosas, cedeu sala no Paço Imperial para sede do Instituto, em seus passos iniciais, e presidiu mais de 500 sessões. Os grandes nomes da política, das artes, das letras, da magistratura, do magistério e das atividades produtivas do país têm integrado seu Quadro Social.

Os objetivos da instituição, estabelecidos no Art. 1º do Estatuto de 1838, são mantidos até a atualidade, adaptados às conjunturas nacionais e internacionais, de que é o primordial, "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documen-

tos necessários para a História e a Geografia do Brasil...", hoje alargadas em leque abarcando as demais Ciências Sociais.

Igualmente respeitados os preceitos de correspondência com as demais associações congêneres do mundo; de estímulo à criação de entidades análogas nas então províncias, hoje estados, e a publicação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (nome ligeiramente mudado ao correr do tempo), logo fundada em 1839.

4.2 Salão Nobre

Com capacidade para 120 convidados e 84 sócios, é decorado com o quadro da "Coroação de Pedro II", de Manuel de Araújo Porto Alegre, de 1842, a cadeira com que o Imperador presidiu 506 sessões do Instituto e o "Marco de Cananéia", pedra com as armas de Portugal, datada do primeiro terço do século XVI.

4.3 Pedro Calmon

No 12º andar, dispendo de 50 lugares para convidados e 28 para sócios, é utilizada para posses solenes, conferências, assembleias, cursos e outros eventos.

4.4 Sala da CEPHAS

Local das sessões desta Comissão, bem como das sessões administrativas mensais, privativas de sócios, contando com 58 lugares. Localizada no 12º andar.

4.5 Biblioteca

Formada por milhares de títulos, entre livros, periódicos e folhetos. Parte significativa é composta de obras dos séculos XVI a XIX, em diversos idiomas, muitas doadas pelo imperador Pedro II, como a preciosa "Coleção Teresa Cristina". Possui outras coleções importantes, como a Manuel Barata, especializada em temas paraenses, e a do embaixador Guerreiro de Castro sobre genealogia e heráldica. Constitui um dos mais expressivos acervos bibliográficos sobre His-

tória do Brasil. A Biblioteca recebe consulentes de todas as partes do Brasil e do exterior. O atendimento é feito na Sala de Leitura. E-mail: biblioteca@ihgb.org.br

4.6 Sala de Leitura

A consulta ao acervo do IHGB, composto de livros, periódicos, manuscritos, iconografia e objetos museológicos, é feita nos terminais da Sala de Leitura, complementada pelos catálogos ainda em ficha que estão sendo também informatizados. A coleção da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a dos Institutos Históricos Estaduais estão disponíveis para consulta imediata.

4.7 Arquivo

Reúne mais de 160.000 documentos, entre manuscritos - muitos deles, papéis oficiais e cópias de época - e álbuns, fotos, etc. O arquivo possui também, mais de cem arquivos pessoais, como os dos presidentes Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Epitácio Pessoa e Emilio Garrastazu Medici, de figuras do Império e da República (José Bonifácio, Gen. Osório, Visconde de Ouro Preto, Paulo de Frontin, Macedo Soares e outros), e o acervo da extinta União Democrática Nacional - UDN.

4.8 Mapoteca e Museu

Mapas e atlas, em especial antigos, do Brasil e do mundo compõem a coleção cartográfica.

O museu detém um acervo diversificado. O Museu descreve a trajetória do Instituto, desde sua fundação, em 1838, ao lado de outras peças do maior valor histórico e artístico. Exibe pinturas, louça brasonada, cristais, condecorações, arte popular brasileira e objetos pessoais de figuras da História do Brasil e de antigos sócios.

A diversidade cultural, social que compõe a identidade brasileira, que segundo a Historiografia Nacional teve início com o IHGB, nunca esteve tão em evidência quanto atualmente, inclusive na Educação Brasileira, principalmente nas instituições públicas. Ministrando aulas de História, desconstruindo a visão elitis-

tas dos pesquisadores positivistas, tem sido um desafio das últimas décadas no meio acadêmico, que vem construindo um vasto acervo que inclui boa parte da população na construção dessa identidade nacional como protagonistas dessa história, até pouco tempo escrita enaltecendo apenas os grandes feitos dos heróis. Esse desafio chega até os docentes em sala de aulas, que se desdobram para fazer os discentes entenderem a diversidade dessa sociedade. Desafio esse que ao iniciar o Estágio Supervisionado, o futuro docente começa a entender ao se deparar com uma turma totalmente diversificada, e tendo que se qualificar o máximo possível dentro das ferramentas que lhe são disponibilizadas, para desempenhar bem o seu papel e fazer com que esses futuros cidadãos que serão inseridos no futuro mercado de trabalho, se identifique, se aceite, respeite a si mesmo e ao próximo. São as experiências do Estágio Supervisionado, que farão com que esse futuro docente.

4.9 Iniciando o Estágio Supervisionado

Com as últimas reformulações da grade curricular do curso de História, o aluno passa a ter por período seis disciplinas, sendo que os dias letivos semanais são cinco. Estágio Supervisionado é a única disciplina obrigatória com a carga horária de 100 horas para cada estágio, totalizando 400 horas os quatro estágios. O que nos revela uma desproporção na carga horária semanal do aluno, que teoricamente tem que estar em sala de aula às 19:00 horas e não às 18:00, como ocorreu no período em que esta referida aluna, cursava Licenciatura Plena em História, sendo que no mesmo dia, letivo o aluno tem outra disciplina de no mínimo 40 horas e outra de estágio com 100 horas. Essa desproporção começa no início do curso quando num mesmo dia o discente está automaticamente matriculado em duas disciplinas como, por exemplo: Projeto Integradores e Introdução aos Estudos Históricos. O período mudava, mas o problema continuava sem solução. O 'paliativo' mais usado pelos docentes foi a alternância nos dias letivos para algumas disciplinas como a de Integradores. Esse relato é apenas uma das lacunas no curso de História da UFAL.

No Estágio Supervisionado I, a lacuna dos horários está presente, os alunos tinham que está em sala às 18:00 horas, sendo que muitos trabalham, outros moram em cidades interioranas e o horário previsto de chegada dos transportes desses alunos é às 19:00 hora. Os critérios avaliativos aplicados pelo supervisor de Estágio I o prof. Dr. Antônio Alves Bezerra, foram: ABI discussões de texto devidamente distribuídas em grupos para apresentações de seminários. Esses seminários acarretaram para a grande maioria da turma, faltas em outras disciplinas em que estavam matriculados, esta referida aluna, por exemplo, estava matriculada a partir das 19:00 horas em História do Brasil IV, como o professor Saldanha. Vale ressaltar a compreensão de boa parte dos docentes do Curso de Licenciatura em História, por reconhecerem que essa grade curricular é desproporcional ao horário noturno. O referido professor, de Estágio Supervisionado I, visando numa qualificação mínima para os futuros docentes, solicitou o horário completo para as apresentações dos seminários. E para a entrega do relatório final do estágio em campo. Uma situação desconfortável, porém, essas horas foram extremamente necessárias em sala de aula nas apresentações desses trabalhos, até então eu como discente, não tinha noção da importância dos Estágios para minha formação em Licenciatura Plena em História. Para AB2 o critério avaliativo foi o estágio de observação em instituições de ensino público, pois a instituição federal oferta um seguro ao discente estagiário em licenciatura no setor público, ficando as instituições do setor privado, fora desse seguro. O grupo ao qual eu fiz parte nesse primeiro momento, de Estágio Supervisionado I, ficou encarregado de apresentar um texto que aborda a fase inicial dos docentes. Nesse estudo os autores analisaram aspectos importantes que estão ligados à fase inicial da carreira dos docentes, e implicações na formação desse profissional. Os mesmos optaram pelo método da História Oral no campo da Educação, eles entenderam que essa metodologia proporciona mediação entre dois campos do conhecimento: Educação e História, procurando compreender o mundo dos professores entrevistados.

O texto de autoria de Osvaldo e Selva nos mostra os caminhos e desafios dos que escolhem a docência em ensino de História na Educação Básica. Para isso foram selecionados onze professores do Estado do Mato Grosso. Eles adotam como referência “professor iniciante”, termo usado por Huberman e

Garcia. Os entrevistados têm até cinco anos de atuação, entre escolas públicas e particulares.

Compreender a relação entre os estudos que são desenvolvidos nos cursos de História na formação desses professores e qual o seu impacto na prática desses docentes nas escolas, são os pontos altos desse estudo. Para alguns dos professores iniciantes que participaram dessa entrevista, a cada turma “tudo é novo”. Porém, os colaboradores relatam que, há falta de experiência dá-se a má formação dos docentes nas universidades especialmente nas disciplinas de Estágios, que são negligenciadas por parte da maioria dos professores de estágio nas Universidades Brasileiras. Negligência essa que durante os quatro estágios supervisionados do atual curso de História Licenciatura Plena, ofertado pela Universidade Federal de Alagoas, não aparece. Os dois professores doutores Lídia Baumgarten e Antônio Bezerra, que supervisionaram as disciplinas de Estágio Supervisionado, ao qual eu cursei, foram extremamente profissionais, exigentes, o que às vezes causava certo incômodo aos discentes, até percebermos a importância de termos um estágio de qualidade, para que isso reflita quando estivermos em sala de aula como docentes licenciados.

Segundo Maria Schmidt e Marlene Cainelli são a partir dos anos 1860, que a História nacional foi incluída nos programas de ensino nas escolas primárias e secundárias, sendo que, apenas na década de 1980 que a História ensinada nas escolas e Universidades Brasileiras passam a sofrer fortes críticas, através da produção acadêmica.

Os cinco primeiros anos de docência significam “aprender a ser professor”. Socialização, desafios como aprender esse ofício por estratégia de sobrevivência, antes “conhecido” agora desconhecido e, busca entender como essa dinâmica de sala de aula funciona. Esse docente iniciante sabe qual o seu papel, mas ainda não sabe como desempenhá-lo nesse campo imprevisível que é a sala de aula. Pois será necessário na maioria das vezes improvisar, o que acaba se tornando algo rotineiro no cotidiano do professor das instituições públicas, que além de lidar com as lacunas existentes também na estrutura física da Educação lhe será cobrado domínio do conteúdo direcionado em algumas instituições. Nessa vertente as expectativas não correspondem à realidade, prin-

principalmente na parte financeira. Os desafios não são poucos, o 'problema' da tecnologia, a ausência de apoio por parte tanto da instituição quanto dos colegas de ofício, a diversidade desses alunos que precisa ser observada e levada em conta pelo professor, como também instigar, incentivar, aguçar esse aluno, inclusive alunos com habilidades intelectuais diferentes, sem "incomodar" o restante da turma. A Educação inclusiva é um direito garantido por lei para esses alunos, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) 2015, porém o docente formado pelas instituições em Licenciatura Plena, até o presente momento em que cursei História, não tinha nenhuma preparação mínima para trabalhar com essa diversidade. Pois cabe o Estado contratar o profissional adequado para acompanhar esse aluno em sala de aula, o que acaba por revelar outra lacuna na Educação Pública, o aluno tem o direito à inclusão, mas faltam profissionais capacitados para essa demanda.

Os anos iniciantes são assim "um processo de aprendizado "reinventar-se é fundamental no "ser professor" e a mudança no currículo dos cursos e na postura dos formadores de professor, seria um grande passo em direção a melhoria e transformação na formação do professor.

No segundo momento da aplicação da ementa de Estágio I, fomos em busca de uma instituição pública devidamente encaminhados pela Universidade Federal sob a supervisão do professor da disciplina. Foram formandos para essa etapa duplas de alunos, o que inicialmente me gerou um desconforto, pois o colega de disciplina após estarmos devidamente encaminhados na Escola Estadual Professora Onélia Campo, não comparecia. No Estágio I vamos à sala de aula, mas apenas para observação. O colega de disciplina iniciou o estágio de observação comigo, porém não compareceu aos encontros, o mesmo se ausentou sem nenhum tipo de comunicado ou satisfação. Comuniquei ocorrido ao professor supervisor da disciplina que foi categórico em sua fala e postura: "Retire o nome do colega no relatório final, e não carregue ninguém nas suas costas". Sendo assim, produzir o relatório de 25 horas/aulas sozinha, inicialmente eram 20 horas, mas o professor supervisor acrescentou mais cinco, totalizando 25 horas/aulas de estágio de observação. A conduta desse colega de disciplina revelou na época dois, problemas. O primeiro, a falta de compromisso por parte de alguns discentes em Licenciatura com uma etapa crucial para a sua formação,

os Estágios Supervisionados. O segundo era que os alunos podiam escolher em não seguir a sequencia dos estágios, erro grave que foi corrigido pelo professor Antônio Bezerra, ao orientar o processo de matricula sistemático de forma crescente, do primeiro ao quarto modulo do estágio.

Devidamente encaminhados fomos a escola de Educação Básica do Fundamental I e II. O professor disponibilizou dois Anos, os 6° A, B e C e o 1 Ano do Ensino Médio. Ambos os anos trabalham o mesmo assunto História Antiga, com metodologias especificas para cada etapa. Os sextos com três aulas semanais, e o Médio com duas. Foram três semanas de estágio de observação, totalizando 27 horas/aulas. O restante da carga horaria do professor regente Fernando Cavalcante, são aplicadas em outra instituição localizada no Bairro do Benedito Bentes. O professor das turmas observadas tem formação em História e especialização, tendo uma postura necessária para o bom funcionamento da escola.

Os recursos utilizados por esse professor foram, livro didático, piloto e quadro branco. A referente escola possui em sua estrutura sala audiovisual, que é utilizada com alternância pelos docentes.

A postura dos alunos dos sextos anos oriundo em sua grande maioria das comunidades carentes, foi antagônica devido a diferença de idade, o que acarreta no comprometimento da aula. No ensino Médio, à participação e concentração dos alunos mesmo não sendo uma totalidade, foi bem mais proveitosa devido ao inicio da maturidade e provavelmente o interesse de logo mais ingressar no mínimo em um curso técnico. Nos sextos anos estavam sendo aplicados à Antiguidade Clássica, tendo como tema os povos: fenícios, egípcios e hebreus, no primeiro Ano, do Médio estava sendo trabalhado a Pré-História. As avaliações das aulas foram principalmente continuas e processuais, salvo uma atividade somatória através de uma prova. A avaliação da estrutura física da escola se encontra anexada ao relatório de Estágio III, onde as equipes formadas no estágio referente elaboraram um levantamento do espaço físico das instituições, sendo que minha equipe de estagio III estagiamos nessa mesma escola Onélia Campos.

Concluo que existe uma lacuna considerável entre a teoria construída no espaço acadêmico da Universidade e da prática do docente no ensino de História. No caso observado devido às condições externas ao docente que também está ligada diretamente a toda estrutura do sistema público de ensino, isso acaba prejudicando o desempenho dos alunos e até criando uma antipatia pela disciplina de história.

4.10 Estágio II: Laboratório de elaboração de um projeto

Durante a disciplina de estágio II, que foi ministrada pela professora doutora Lídia Baumgarten, às aulas ocorreram a cada 15 dias, em alternância com outra disciplina, Pesquisa Educacional, também ministrada pela mesma docente, devido não haver compatibilidade entre os horários da disciplina de estágio II no sistema que era das 18:00 às 19:00 horas, chocando com a realidade dos discentes matriculados a sua maioria, trabalhadores e não conseguiam chegar a tempo de assistirem as aulas, uma lacuna que na época ainda não havia sido preenchida. Entendendo esta situação foi necessário a professora titular da disciplina, alternar o seu planejamento, tornando os encontros quinzenais para assim, atender a ementa da carga horária dessa disciplina sem prejudicar os alunos. O que fortalece a premissa de que todo planejamento é flexível e precisa adequasse às especificidades.

Na primeira unidade de estágio II, com o objetivo de desenvolver competências básicas para planejar, ministrar, avaliar, o processo de ensinoaprendizagem do conhecimento histórico, interdisciplinar e multicultural da escola, estudamos e analisamos os princípios básicos componentes e problemas do planejamento do ensino de História, selecionando estratégias e aplicando no Estágio Supervisionado, as metodologias usadas foram:

Aulas expositivas e dialogadas

Apresentação de seminários

Relatos e trocas de experiências

4.11 Orientações gerais para a elaboração de um projeto

As apresentações dos semanários expostos se iniciam com o texto da Selva Guimarães, “Como nos Tornamos Professores de História: a Formação Inicial e Continua”. A autora nessa obra levanta questões como a formação inicial e continua do professor, à distância entre o que se aprende e o que se ensina, critica o período militar pois nesse regime o ensino de História foi desconstruído. A mesma chama a atenção para a importância das disciplinas, os saberes pedagógicos complementam a formação do professor de História que é uma disciplina ambígua. Sendo então de responsabilidade do professor de História formar cidadãos, pois o mesmo é formador de consciência, cabendo a esse professor a tarefa de partilhar sua contribuição e a de formar uma determinada maneira des ser e ver o mundo.

Em outro momento desses encontros, outra equipe apresentou outro texto da mesma autora, “Projeto de Trabalho: teoria e prática”. As principais bases para se desenvolver um projeto serão abordados. A autora explica que primeiro um projeto pedagógico é um trabalho intencional e que o aluno deseje e compreenda. Segundo, é que a visão do projeto é realizar uma produção com um conjunto de tarefas necessárias sob a orientação do professor. Um projeto para se desenvolver precisa de algumas bases;

→ Identificar e formular o problema e a formação de grupos;

→ A construção do desenvolvimento do trabalho: atividades, aulas, discursões.

→ Apresentação dos resultados, os saberes produzidos o projeto em sua totalidade.

A visão do trabalho pedagógico como projeto é a de adequar os conteúdos disciplinares ao que é vivido pelo projeto juntamente com o dia-a-dia da sociedade contemporânea e a construção dessa aprendizagem irá permear o desenrolar do projeto.

Seguindo os momentos das apresentações, outra equipe abordou um texto das autoras Maria Auxiliadora e Tania Garcia: "A Formação da Consciência Histórica de Alunos e Professores e o Cotidiano em Aula de História". Esse texto trás reflexões que foram frutos de preocupações com a Didática da História que tem como finalidade e objetivo discutir o ensino de História. Ensino esse que passará por modificações devido às novas análises documentais a partir de um projeto "Recriando Histórias", onde visa desenvolver atividades que se localizem outras formas de documentos como nos arquivos familiares, os mesmo são elementos importantes para se construir um diálogo com as experiências do passado afirmando que esse tipo de investigação, põe em cheque o conhecimento histórico fazendo com que a História não seja mais tratada como um dogma.

Dando continuidade às apresentações, na obra "O Ensino de História Revisão Urgente", Conceição Cabrine na parte três, ira abordar uma experiência no curso noturno do ano letivo de 1984, uma experiência na construção de contribuir o repensar a prática do professor. A autora mostra as dificuldades que foram encontradas no exercício do cotidiano do professor, que vão de carga horária exaustiva o que acarreta na produção do conhecimento, pois o docente acaba por ficar sem tempo de produzir, de se atualizar, de melhor se qualificar com especializações. A falta de discursões pedagógicas na escola que em sua grande maioria continua sendo um espaço onde o professor fala e o aluno ouve, e isso acarreta numa reação avessa do aluno que serão rotulados de indisciplinados, e quando as notas não são aceitáveis são considerados incapazes. A autora relata de forma positiva o resultado do projeto de fazer com que os alunos construíssem material sobre o tema trabalhado: "A situação do Nordeste/vinda/fixação/reivindicação". O livro didático foi substituído por materiais feitos pelos alunos através de leituras de textos, quadrinhos e 3 filmes projetados (os mesmos foram passados no mesmo dia pois a escola não possuía projetor, que fora alugado para esse momento). Cabrine defende que nesse projeto a avaliação dos alunos "é uma avaliação continua em que o aluno tem a oportunidade de expressar e discutir suas ideias e reformula-las caso considere necessário". Para a autora o que avançaria no ensino de História seria o acompanhamento das instituições nas experiências dos docentes, e isso implicaria em

debates e esclarecimentos da ensino do ensino de História em um período onde a ditadura ainda era presente.

4.12 Elaborando o projeto

“A utilização de diferentes linguagens e fontes a partir de temáticas diversificadas no Ensino de História.

A professora supervisora da disciplina estágio supervisionado II, Lídia Baumgarten, nos orientou na elaboração de um roteiro para a elaboração do projeto temático, nesse roteiro conteve as orientações gerais que foram:

- ✓ ● Identificação do projeto (integrantes do grupo)
- ✓ ● Tema
- ✓ ● Metodologia/linguagem
- ✓ ● Duração: 16 horas/aulas
- ✓ ● Ano (turma)
- ✓ ● Conteúdo do projeto e cronograma de atividades específicas nos planos de aula
- ✓ ● O projeto conteve:
- ✓ ● Introdução
- ✓ ● Justificativa e relevância
- ✓ ● Pressupostos técnicos
- ✓ ● Objetivos (gerais e específicos)
- ✓ ● Metodologia/linguagens
- ✓ ● Conteúdos
- ✓ ● Avaliação
- ✓ ● Referencia
- ✓ ● Plano de aula

A equipe a qual participei nos estágios II e III foi composta por seis alunos contando comigo. Foram eles, Bruno Ranieri, Kelly Cristina, Keyde Kalinne, Rogério Alexandre Simões Fonseca e Zennus Feitoza.

O tema que escolhemos e aplicamos no projeto na disciplina de Estágio Supervisionado III, foi à questão indígena no Brasil, mas com o foco nos Índios de Alagoas. A professora Lídia Baumgarten que supervisionou o Estágio II, dará continuidade com essa turma em Estágio Supervisionado III. Sendo assim, a docente nos supervisionou da teoria do projeto à prática, e isso foi de extrema importância para o andamento e bom desempenho das equipes nessa etapa tão

importante na formação dos futuros docentes em História, pela Universidade Federal de Alagoas.

4.13 Estágio Supervisionado III, da elaboração do projeto à prática

Segundo a Lei de diretrizes e bases Nacional (LDB), Lei. n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Capítulo V Da Educação Especial, título VIII das Disposições Gerais. Art, 78 afirma que:

“O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento a cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar, bilíngue e intelectual aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências.

II Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade cultural e demais sociedades indígenas e não indígenas”.

As questões indígenas no Brasil, não se limitam apenas a esse subtema em que a envolve. Entretanto, não será incomum a pouca informação que o aluno venha a obter sobre essas etnias durante a Educação Escolar, mas sim proposital. A de reproduzir a imagem do índio romantizada, como personagem do Papa-Capim do cartunista Mauricio de Souza. Abordar essa questão de acordo com a nova historiografia, que vem analisando e levantando questões antes “despercebidas”, é reabrir uma das maiores feridas se tratando da construção dessa identidade nacional.

A nova historiografia vem elaborando seus trabalhos, abordando as diversas etnias indígenas, o que era ignorado pelos estudiosos dos oitocentos. No pensamento oitocentista, há superioridade do homem branco na construção da

identidade brasileira e as diferentes etnias indignas, dificultam a ação política de caráter geral. O índio não servia como símbolo dessa nação por ser considerado inferior, senão na imagem idealizada pelos brancos ou colonizadores opressores.

Os índios sempre foram alvo de estudos na historiografia brasileira, porém, a intenção era que, o mesmo permanecesse no passado com a imagem idealizada (pelo romantismo) que lamentavelmente perdura na atualidade, sendo percebido nas comemorações no Dia do Índio, principalmente nas instituições de ensino do setor privado. Nessa literatura, o índio é considerado aliados dos portugueses, uma literatura de elite, onde o negro e o índio não tem lugar nela senão quando aliados, os “bárbaros do sertão”, ficam de fora dessa produção literária por serem rebeldes e não aceitar a colonização.

O desaparecimento do índio na historiografia, sua aculturação e ação no processo da colonização, vem sendo questionada pelos antropólogos e historiadores, que estão desconstruindo essa imagem do índio pacífico. A luta do índio por direito a suas terras não é de agora nem tão pouco como é mostrada por uma mídia manipuladora. Vale ressaltar, que, sem o índio não seria possível a colonização nem o início da construção desse país, que foi a base de mão-de-obra escrava, inicialmente dos indígenas posteriormente do tráfico dos africanos.

Essas etnias apresentadas pela mídia de forma escrupulosa, não estão querendo nada que já não sejam delas, o direito a suas terras e condições mínimas de sobrevivência, já que tudo lhe fora confiscado no processo de aculturação onde os mesmos não tinham muitas alternativas senão a de lutar, seja através de fugas, enfrentamento até de alianças, pois essa também era uma forma de tentar manter as suas tradições.

A elaboração de todas as políticas públicas, como aldeamento, as leis de Pombal, e criação de um órgão tutor a SPI e atualmente a FUNAI, foram sempre na tentativa senão de extinguir ao menos de neutralizar a organização dessas etnias. Quem possui a terra tem as rédeas da situação. Limitar a demarcação de terras indígenas e até mesmo extinguir é crucial para eliminar um sistema

onde o lucro está à cima de qualquer ancestralidade, por parte da maioria dos modelos de governabilidade pelos quais já passaram esse país.

As comunidades indígenas resistem, mesmo sendo quase todas totalmente exterminadas pelas ações inicialmente do homem branco, os povos indígenas nunca desapareceram, como previam os oitocentistas, eles sempre atuaram no espaço social. As poucas políticas públicas em prol dessas populações indígenas, jamais repararam os males que as mesmas sofreram, porém, estamos no início do século XXI, e não abordar a temática enfatizando a importância do indígena na construção da identidade nacional seria o mesmo que voltar a escrever como os oitocentistas ao até mesmo escrever sobre a Segunda Guerra Mundial e não citar os judeus.

Assim nossa equipe propôs um debate acerca das questões relevantes sobre a conjuntura atual das populações indígenas no Brasil, dando destaque a populações indígenas em Alagoas, que foram realizadas em 16 horas/aulas divididas em oito encontros de duas horas cada aula. Sabendo que, este tempo é insuficiente para abordar a fundo essa temática, porém, o mesmo pode ser retomado a partir de uma proposta temática específica.

4. 14 Justificativa

Os índios foram os primeiros povos que habitaram no Brasil, e é elemento sempre presente na nossa História. E, levando-se em conta que somos uma sociedade pluralista formada por diferentes origens étnicas, culturais e ideológicas que se relacionam diariamente de todas as formas (amigáveis e conflitantes). Levando em conta o imaginário popular sobre os povos indígenas e sua cultura e foi distorcido através da história como sendo povos “preguiçosos”, a escola tem um papel fundamental de levar para os jovens e adultos o conhecimento das diversas formas de vida existentes no mundo e em seu território, e que devemos antes de tudo entender e respeitar culturas consideradas diferentes das nossas. Portanto é de extrema importância que as instituições de ensino abordem a referente temática, visto que a mesma é contemplada na legisla-

ção nacional, fornecendo informações para que os alunos tenham oportunidade de conhecer a história indígena, desde a chegada dos portugueses no território brasileiro, o choque das culturas, a colonização, os conflitos por terras até os dias atuais, demonstrando através de mapas onde esses povos se localizam hoje no território brasileiro e mais especificamente no território alagoano.

4.15 Relevância

O presente trabalho faz-se de grande relevância, pois, considerando a importância que a escola tem em estar constantemente em contato com as tradições do país, é necessário inserir no currículo escolar os elementos da cultura indígena. Além do que, desde 11 de março de 2008 existe a lei 11.645/08, na qual obriga as escolas a incluir elementos da cultura indígena no currículo escolar, determinando que os sistemas normativos das culturas afro-brasileiras e indígenas integrem o conteúdo do ensino fundamental e médio, dando ênfase às áreas de literatura, Artes e História, áreas estas que pretendemos abordar e nosso projeto, propiciando aos alunos uma oportunidade de conhecer um pouco sobre a história indígena no Brasil, tanto no passado quanto no presente, especificamente em Alagoas. O aluno do Ensino Médio, quando questionado sobre o que eles sabem referente ao tema índios de Alagoas, se conheciam a localização de alguma aldeia ou o nome de alguma comunidade que vive em Alagoas, o que ouvimos foi algumas notícias sobre a cidade de Palmeira dos Índios. Sequer sabiam qual a comunidade que vive naquela localidade.

Outro fator bastante relevante em nosso projeto ocorre perante a atualidade, uma vez que os conflitos entre povos indígenas e fazendeiros pela posse das terras continuam a acontecer e os governos pouco fazem para solucionar definitivamente essa questão, sendo que conforme a Carta Magna, onde define que até o ano de 1993 o governo brasileiro deveria demarcar todas as terras indígenas, de acordo com critério de ocupação tradicional das terras, tal determinação no ano de 2017 ainda está longe de ser cumprida, ao contrário, o que se vê é uma tentativa dos governos através da bancada ruralística que represen-

ta o agronegócio, de cassar vários direitos adquiridos por esses povos através de muitas lutas, inclusive o direito a terra, que mesmo antes da formação do próprio Estado, eles já as habitavam. Fato ainda mais preocupante se dá com a declaração de um pré-candidato a Presidência da República (Jair Messias Bolsonaro) com reais chances de ganhar o pleito em uma palestra declara que “os índios não terão direito a nenhum centímetro (1 cm) de terra, se a quisessem vão ter que trabalhar”.

Conforma fatos expostos nota-se a necessidade e relevância desse projeto ser difundido nas escolas, visto que, primeiramente devemos conhecer nossa História, para então fazermos um juízo de valor e analisar tais questões com relação a esses povos. Se já temos uma enorme dívida histórica com essas comunidades, e levando em conta o rumo que a situação política social do país vem retomando, é bem provável que passaremos por retrocessos nesse sentido e iremos aumentar ainda mais a injustiça dos povos “civilizados” contra os indígenas.

4.16 Metodologia

A partir de novas abordagens teóricas- metodológicas- da História e da Antropologia o projeto propôs a dar ênfase ao papel das comunidades indígenas de Alagoas como sujeitos ativos no processo de construção da sua História, e da criação de uma identidade indígenas alagoana.

Para tal, será analisado a partir do período colonial, do processo de colonização, até a contemporaneidade, bordando como tema geral Comunidades Indígenas.

Assim propomos uma reformulação de seus conceitos sociais em relação aos povos indígenas. É fundamental a importância em refletir sobre o lugar dos povos indígenas de Alagoas na produção historiográfica, repensando o conceito de guerras, alianças, confrontos, entre indígenas e brancos. Analisar a política indigenista e políticas indígenas: investigar as relações interétnicas, mestiçagem e

adaptações culturais: verificar o impacto da escravidão sobre as populações indígenas, verificar a relação do conceito Educação Indígena e Educação Escolar Indígena, examinar criticamente os conflitos de terra e a negação de seus direitos adquiridos a partir das leis existentes.

Os temas foram apresentados objetivando uma análise do contexto histórico dos povos indígenas em Alagoas, possibilitando aos educandos a construção de uma imagem diferenciada dos nativos alagoanos que são apresentadas no meio midiático e na historiografia tradicional. Para isso aos mesmos foram apresentados conteúdos em forma de material didático, com exibição de vídeos documentários, textos xerocados e material cartográfico.

4.17 Objetivo geral

Apresentar aos alunos a realidade dos povos indígenas em Alagoas, fazendo uma volta ao período Colonial até a atualidade, para entender o que aconteceu com essa população durante todo o processo histórico.

4.18. Objetivo específico

- ✓ ● Fazer uma análise das condições políticas e sociais vivenciadas no Brasil e no Estado que reflete diretamente nessas comunidades
- ✓ ● Discutir o silenciamento dessa população na História de Alagoas
- ✓ ● Apresentar as formas de lutas e buscar de identidade dos indígenas de alagoanos
- ✓ ● Mostrar a situação que povos indígenas enfrentam na atualidade no Estado referente à luta pelas suas terras.

4.19 Conteúdos

Para atingirmos as propostas, foram apresentados os conteúdos temáticos específicos de cada encontro seguindo sequência didática de acordo com os temas relacionados.

- ✓ → A chegada dos Portugueses no Brasil
- ✓ → Os índios de Alagoas: quem são e onde estão?

- ✓ → O processo de escravização indígena
- ✓ → O processo de escravização indígena em Alagoas
- ✓ → A demarcação de terras indígenas em Alagoas na atualidade
- ✓ → Educação indígena
- ✓ → As culturas indígenas em Alagoas na atualidade
- ✓ → O ressurgimento das populações indígenas em Alagoas na atualidade

4.20 Avaliação

Atividades: Apresentação do Projeto, com exposição dos conceitos de memória, e objetos da cultura indígena.

Interdisciplinaridade: Língua Portuguesa, Geografia e História.

Campos: Interpretativo e dissertativo, Cartográfico, Historiográfico.

Competência: Entender o projeto e auxiliar os alunos em suas dúvidas além de elaborar questionamentos a diversidade de manifestações culturais no cotidiano do Estado de Alagoas

Habilidades: Construir base teórica sobre o tema proposto, relacionando e fomentando um nível de consciência crítica quanto às atitudes coercitivas na sociedade ao longo da História.

Tempo de aula: oito encontros com duas horas/aulas cada totalizando 16 horas.

Método Avaliativo: Contínuo, participativo acumulativo.



Aula 1. Arquivo da autora e demais alunos de Estágio Supervisionado Ensino de História 2017



Aula 2. Arquivo da autora e demais alunos de Estágio Supervisionado em Ensino De história 2017

Aula 3. Arquivo da autora e demais alunos de Estágio Supervisionado em Ensino de História 2017. Ve-se a professora Lídia Baumgarten comentando sobre a temática.





Aula 4. Arquivo da autora e demais alunos de Estágio Supervisionado em Ensino de História 2017. Ver-se o professor Zennus Feitosa fazendo uma exposição durante a sua aula



Aula 5 Arquivo da autora e demais alunos de Estágio Supervisionada em Ensino de História 2017. Alunos do 1º Ano abordando a temática.



Aula 6. Arquivo da autora e demais alunos de Estágio Supervisionado em Ensino de História 2017



Aula 6. Arquivo da autora e demais alunos de Estágio Supervisionado em Ensino de História 2017



Aula 6. Arquivo da autora e demais alunos de Estágio Supervisionado em Ensino de História 2017



Aula 6. Arquivo da autora e demais alunos de Estágio Supervisionado em Ensino de História 2017 e o professor regente Mauricio Bautem finalizado o projeto

4.21

Plano de Aula Geral

Escola: _____

Disciplina: História.

Professor Regente: _____

Série: _____ Data: _____

Tema: Comunidades Indígenas em Alagoas

CONTEÚDO: A Chegada dos Europeus no Brasil
Objetivo Geral: Compreender o Processo inicial de Colonização na América
Objetivo Específico: Entender os primeiros contatos entre os europeus e os nativos americanos, identificar os primeiros nativos a se relacionar com os europeus, investigar o comportamento do nativos especificamente em Alagoas.
Metodologia: Aulas expositivas, reflexivas Acerca dos temas propostos. Aulas de 50 minutos, organização dos grupos para apresentação dos seminários.
Recursos Utilizados: Exposição de vídeos slides power point.
Avaliação: Continua e processual
Referências: http://www.passeiweb.com/sabiamais/fatoshistoricos/brasilamerica/chegadaaobrasil . Almeida, Maria Regina Celestino de. Os Índios na História do Brasil, Rio de Janeiro FGV, 2010.

4.22 Estágio IV: lugar de memória

Nos conteúdos pragmáticos o Professor Doutor Antônio Alves Bezerra em estágio IV, depois de apresentar a disciplina e seus conteúdos, metodologias, avaliações e orientações gerais que foram referentes às atividades de estágio, esclareceu que a Ab1 seria uma nota somatória, seminários a partir de releituras dos textos anteriormente trabalhados em outros módulos dos estágios e a elaboração e apresentação de um plano de aula compatível com uma aula que foi ministrada na temática “lugar de Memória”. As aulas que seriam ministradas pelos estagiários com a supervisão do professor regente nas escolas, em um “lugar de Memória”, foram substituídas por aulas apresentadas pelos discentes para a própria turma e o professor de estágio IV. Para a AB2, a entrega e apresentação do Memorial acadêmico do aluno. Lembrando que a palavra memorial têm vários significados, mas se tratando da construção da vida acadêmica de um graduando, não existe uma obrigatoriedade em relatar tudo minuciosamente, mesmo porque haverá casos em que muitos discentes não possuíam por inúmeros motivos todos os conteúdos textuais.

As releituras dos textos teve início com a equipe a qual participei discuti o texto “ Projeto de Trabalho: teoria e prática”, os autores Osvaldo e Selva, abordam as principais bases para se desenvolver projetos, esse tema foi abordado nesse trabalho no relatório de estágio I, modificando apenas a equipe, o mesmo texto com grupos diferentes, sendo que nessa última apresentação a nota foi igual para todos. Valendo de 0,0 a 7,0 o grupo tirou 5,5 segundo o professor Antônio Alves Bezerra.

Dando continuidade às apresentações o texto discutido foi o da Circe Bittencourt, onde a autora trará a questão do desafio desse professor de História e o uso de diversos espaços para aplicar os conteúdos. Os desafios dos educadores não são poucos devido à falta de recursos ao tentar trabalhar em lugares diversos, aqui em Maceió conheço de perto essa dificuldade tanto na escola pública quanto na particular onde trabalhei. Os problemas na educação brasileira existem e temos que buscar meios de solucionar, porém infelizmente e propositalmente a cobrança dessa responsabilidade é apenas do professor, isentando toda uma comunidade que deveria se fazer presente nas cobranças e um todo,

quanto ao bom desenvolvimento de uma Educação minimamente de qualidade, a escola como o todo, família e Estado.

No texto: "Repensando o Ensino de História", Sônia Nikitink, a autora trabalha entre outras abordagens, o posicionamento do professor ao utilizar o museu como espaço de conhecimento no ensino de História, enfatizando que é necessário um planejamento específico para esse tipo de aula, uma aula num espaço não formal que pode não acabar ocorrendo caso o professor não planeje devidamente. Encerrado os seminários, houve uma orientação para a elaboração do plano de aula, que terá mais peso do que as próprias apresentações em um suposto lugar de memória.

Dentro dos conteúdos programáticos, nessa unidade começam as apresentações dos planos de aulas e aulas pelos alunos com a temática "lugar de Memória". As apresentações foram variadas, com temas sobre praças, museus, bairro, instituições, terreiros de umbanda, Serra da Barriga. Teve até sobre a "Descoberta do Brasil". Cada aluno provavelmente escolheu um tema que se aproximasse mais com sua linha de pesquisa. Não foi o caso de minha apresentação, que escolhi uma praça onde os alunos com quem trabalhei a utilizam, na disciplina de Educação Física, mas não tinham nenhum tipo de conhecimento histórico sobre esse espaço.

O ponto das críticas do professor Antônio, foi justamente o conteúdo histórico da atualidade em relação à construção de um Panteon nos anos de 1990, que seria utilizado para colocar os restos mortais dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e a demolição do antigo asilo onde atualmente existe um conjunto habitacional de apartamentos. Temos um curso com uma grade recheada, transbordante de disciplinas onde na aplicabilidade os horários se chocam, e todos tem que fazer malabarismo para dá conta principalmente o aluno da licenciatura onde a maioria são trabalhadores ficando impossibilitados, por exemplo, de se fazerem presentes em disciplinas com início às 18:00 horas. As lacunas estão entranhadas na Academia, mas as cobranças são direcionadas apenas para os graduandos.

No início dessas apresentações às experiências eram comentadas tanto pelos colegas de curso quanto pelo professor. Algo que teve que ser reajustável a realidade condizente com os horários dos discentes, mais uma vez mostrando que todo planejamento pode ser alterado. Acredito que todos esses alunos já

fizeram outras apresentações em forma de seminários, aulas, apresentações nos eventos ofertados pela academia, e todos com lacunas. O que chama a atenção foi como cada professor doutor conduziu as “faltas” nessas apresentações. O fato de um aluno não ter se dado bem nesse momento não significa dizer que o mesmo não está preparado para a docência, até porque alguns dos que apresentaram já estão em sala de aula a pelo menos três anos.

As obras literárias que foram utilizadas nos estágios são teoricamente perfeitas. Isso não implica dizer que não sejam aplicáveis, mas na maioria das vezes elas ficam apenas na parte teórica. Que cenário nacional de Educação Pública temos? E arisco a estender para algumas instituições privadas que estão se inserindo adentro das comunidades carentes visando o mercado do calendário escolar, uma preocupação que tem feito com que pais/responsáveis, recorram às instituições privadas também porque os calendários condizem com o “correto” da Educação, começar em Fevereiro e terminar em Dezembro. Sendo assim o mesmo acompanhará as datas de inserir-se no ensino superior, ou no mercado de trabalho o quanto mais rápido. Como eram assim também as públicas antes de diversos fatores interferirem nos calendários escolares retirando-as do calendário civil, como aumento na carga horária de 180 para 200, greves, reformas etc.

As maiorias dos planos de aulas apresentadas sofreram duras críticas no requisito avaliação. No meu especificamente, deixei claro que a aula ministrada seria de 1 hora/aula 50 min, era essa a realidade do horário nas escolas onde trabalhava na época. As aulas de História soltas durante a semana. Entendendo que a avaliação pode sim ser contínua, pois ela consiste em examinar a aprendizagem ao longo das atividades realizadas em aulas como comentários, questionamentos segundo Telma Weisz. Quando avaliamos o aluno dessa forma estamos ajudando a construir o seu conhecimento. Desconheço aplicação de conteúdo e atividade ou exercício somatórios ou não em apenas uma hora/aula, 50 minutos. Nesse espaço de tempo é aplicável o conteúdo e em outro momento a cobrança de atividades, exercícios.

Segue meu plano de aula modificado atendendo as modificações sugeridas segundo o professor doutor Antônio Alves Bezerra.

4.23 Plano de Aula

Escola Municipal: PIO X

Disciplina: História

Professor doutor: Antônio Bezerra

Professora estagiária: Kelly Andrade

Turma: 9º A. Turno: matutino. Data: 00/00/00

Tema: Lugar de Memória

Conteúdo: Lugar de Memória: Praça da Faculdade

Objetivo Geral: compreender o processo inicial da construção desse espaço e suas adaptações atuais.

Objetivo específico; enfatizar as modificações nesse espaço devido à especulação imobiliária e o não uso do Panteon construção no final dos anos1990 destinada a guardar os restos mortais dos marechais Deodoro e Floriano.

Metodologia: aula expositiva e discursiva sobre o tema proposto em 1 hora/aula 50 min.

Recursos utilizados: exposição de slides em power point

Avaliação: um curto questionário para ser respondido de acordo com as abordagens feitas durante a aula.

Referências Bibliográficas:

Imagens de arquivo pessoal da professora estagiária.

www.historiadealagoas.com/acesso:24/02/2018.

Nosso segundo momento do quarto módulo de Estágio Supervisionado, ficou por conta da elaboração de um memorial acadêmico. A avaliação foi dividida em duas partes: de 0 a 3 a apresentação de 0 a 7 e o trabalho entregue impresso.

As apresentações dos memoriais ocorreram como esperado em sua grande maioria, quase sem observações negativas sérias por parte dos discentes. Iniciei o curso com uma turma de 38 alunos, após o segundo período, a turma se diversificou, devido a flexibilidade da grade onde o aluno a partir do segundo período, pode escolher quais disciplinas se matricular. Sendo assim, os memoriais foram as mais variáveis condizendo com a realidade de cada discente. O referente trabalho tem como objetivo o relato da importância dos estágios na formação do docente em História. A princípio, por falta de conhecimento da maioria dos discentes, existe certo desprezo por essa disciplina, mas no decorrer dos encontros percebe-se a importância de cada estágio para a formação desse futuro professor. Pois essa dualidade de momento onde ao mesmo tempo em que sou aluna também sou 'professor', me fez enxergar, as dificuldades encontradas em ambas posições.

O estágio também é o momento de "divisor de águas" no curso de Licenciatura, não são poucos os alunos que desistem da profissão depois de passar pela experiência dos estágios. E os motivos são os mais variáveis, como, realidade entre teoria versus prática, condições de trabalho, estrutura física das instituições. Não somos mais alunos do Ensino Fundamental, onde na maioria das vezes não enxergamos as dificuldades dessas instituições, agora temos um olhar mais aguçado para a realidade da Educação Brasileira, já passamos por alguns períodos, temos o mínimo de bagagem teórica, e estamos a começar a entender como funciona o mecanismo do ensino público, alguns direitos adquiridos, mas poucos investimentos de fato. É no estágio que a vocação pra docência será posta a prova. É também a partir dele, que muitos decidem que irão concluir o curso porque precisam de um diploma para o mercado de trabalho, mesmo não sendo especificamente na sua área.

Está em sala de aula como professora durante o dia, mesmo ainda não sendo Licenciado, o que revela uma falha na Educação principalmente privada, e como aluna estagiaria à noite, me fez enxergar por outro prisma as dificuldades da Educação tanto pública quanto privada. Foi uma experiência que levarei

pra toda vida. E ela me fez valorizar ainda mais a importância dos estágios para minha formação profissional e pessoal. Pois não acredito que haja uma separação, um bom profissional não está separado de ser uma boa pessoa.

4.24. CEDU e o curso de História

O curso de História tem em sua grade curricular uma carga horária fixa de 2220 horas, 400 horas de estágio, 270 horas de eletivas, 200 horas de flexível 125 horas de TCC. Das disciplinas obrigatórias, 490 horas são destinadas as disciplinas pedagógicas. É indiscutível a bagagem teórica de todos os docentes que comportam o curso de História e do CEDU. Quanto à metodologia, em ambas as instituições alguns docentes que trabalham com a grade da licenciatura deixam a desejar. Apenas três dessas disciplinas pedagógicas foram muito bem trabalhadas durante essa minha graduação. Foram elas: Profissão Docente, Política e Organização da Educação Básica no Brasil, Desenvolvimento e Aprendizagem. As outras disciplinas restaram enormes lacunas, que vão de atrasos de professor, ausência de bibliografia, didáticas e faltas não justificadas tanto pessoalmente quanto no cronograma, e aulas em outros Blocos fora do ICHCA. Temos apenas uma disciplina pedagógica de Libras no sétimo período, um único semestre para sairmos “licenciados” para trabalhar também com aluno surdo/mudo, que tem sua própria língua, a segunda Língua oficial do Brasil. Enquanto isso na grade curricular de História Licenciatura Plena, do primeiro ao sétimo período temos sete disciplinas de Projeto Integradores, apenas três foram bem ministradas.

Sendo a educação um ato político, só existem dois lados, o do opressor e do oprimido, segundo Paulo Freire que na sua obra “Pedagogia do Oprimido”, levanta uma discussão sobre a pedagogia a partir do ponto de vista do oprimido, o autor enaltece um trabalho educativo que respeite um diálogo, uma união entre ação e reflexão garantindo o direito a práxis. Freire basicamente explica a sociedade através do confronto entre oprimidos e opressores, e que a educação tradicional não dando voz aos oprimidos, perpetua as injustiças sociais. Essa obra foi minimamente trabalhada apenas na disciplina Profissão Docente, um contraponto com a universidade que critica o autoritarismo, mas parte de uma

boa leva de docentes, o prática ao não compreender que a os Cursos de Licenciatura Plena sendo ofertado à noite, representa uma lacuna e uma agressão tanto aos docentes quanto aos discentes que conseguem finalizar e colocar o Grau com uma parte da bagagem teórica extraviada.

O diálogo entre essas duas instituições de ensino quase não existe, percebemos isso quando, tanto alunos quanto professores não têm ideia de onde ocorrerão as aulas no inicio de alguns períodos. São fatos que também ocorrem no ICHCA. Estou saindo dessa minha primeira graduação com um déficit em História Antiga, Medieval, América I e II, (por falta de material em sala), Contemporânea II Brasil II e Antropologia Cultural. História do Brasil II, Contemporânea II e Medieval o a didática aplicada, foi o impasse no processo de aprendizagem sem debates, reflexões e discussões sobre os conteúdos. Mas esse curso não é só lamúria, tive a oportunidade de conhecer uma parte da Historiografia Geral e a Brasileira, da História do Brasil I, III e IV, História Indígena, Paleografia muito útil para transcrever a caligrafia dos alunos em pleno século XXI, História da África I e II, História de Alagoas I, II e III e seus docentes extremamente decentes quanto à aplicabilidade dos conteúdos e suas metodologias. As disciplinas de estágios são de extrema importância para a formação dos docentes, para que saiam além de licenciados, com o mínimo de qualificação da teoria com a prática.

5.Considerações Finais

O Estágio em sua amplitude proporciona dar condições ao estagiário para uma reflexão relativa ao seu fazer pedagógico mais abrangente e assim construir sua identidade profissional. O estágio é então um campo de conhecimento, um espaço laboratorial é uma aproximação do estagiário com a profissão que o mesmo irá exercer e com as pessoas com quem irá trabalhar suas práticas a cada dia para que enfrente menos dificuldades futuramente.

Concluo dizendo que perante o cotidiano das instituições de ensino, rotina, dificuldades encontradas na estrutura das instituições de ensino, na educação básica das disponibilidades de ambiente, dos recursos materiais em sua grande maioria escassos, afinidades pessoais, ausência de apoio familiar, pluralidade cultural dos alunos, entre outros, fazem com que os discentes em sua formação superior discutam a formação que tiveram não se sentindo prontos para encarar os problemas existentes no ofício do ser docente, mas entendendo que a educação é um processo contínuo de construção onde o diploma é a porta para se inserir no mundo multicultural que é a educação, onde nesse ofício o de ser professor o aprendizado é contínuo, tanto em área de pesquisas, especializações quanto na troca de saberes e experiências em sala de aula. É necessário que o futuro docente esteja disposto também a dar continuidade a sua formação profissional continuando a participar de encontros, formações que o ajudem cada vez mais se qualificarem para colocar em prática na sala de aula, uma metodologia de qualidade que possa ajudar na formação dessas crianças, jovens e adultos.

Já são algumas décadas de curso, onde o conservadorismo se faz presente de forma forte pelo menos na metodologia avaliativa da maioria dos docentes, mesmo tendo acompanhado em poucos anos nessa graduação, uma mudança radical do público discente. O estágio supervisionado é o momento essencial para os estudantes durante os cursos de licenciatura, uma vez que este oferece o primeiro contato do futuro professor com seu campo de atuação, oportunizando ao acadêmico relacionar-se com a docência, enfrentar as dificuldades da sala de aula e conhecer a prática do ensino. Assim o estágio supervi-

sionado apresenta-se como processo que possibilita ao futuro docente desenvolver uma visão crítica a partir das observações e atuação em sala de aula, e fornece uma avaliação própria de sua atuação didática.

Diante do vasto campo de pesquisa que é a formação de professores, buscou-se compreender melhor a dinâmica do estágio supervisionado e sua importância na formação docente dos acadêmicos do curso Licenciatura Plena em História. Concluiu assim, que o Estágio Supervisionado atua de forma incisiva na formação de professores de História Licenciatura Plena, não sendo visto como algo desinteressante, mas, destacando-se como uma oportunidade para os graduando conhecerem sua área profissional, seu futuro ambiente de trabalho, as dificuldades e necessidades apresentadas pela escola, e a possibilidade de buscar táticas para melhorar a difícil realidade da sala de aula, bem como desenvolver uma didática inovadora para a futura prática pedagógica. O Estágio Supervisionado permite uma efetiva inserção do acadêmico na realidade da docência, e que durante esse período o aluno pode colocar em prática seu conhecimento que adquiriu durante a graduação, e constrói sua própria identidade como docente.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas. Maceió: Edufal, 1999.

ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. São Paulo Editora Arx,2006.

BRASIL.**LDB**: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Lei nº9.394, de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.9.ed.Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2014

BASTOS, Aurélio Wander. **“As terras indígenas no direito constitucional e na jurisprudência brasileira”**. In: Santos, Silvio Coelho dos

BITENCOUR, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3ª ed. São Paulo, 2009.

BITENCOUR, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 2 ed. São Paulo. 1998

BLOCH, Marc. **Apologia a História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Editora, Zahar, 2001.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

CABRINI, Conceição. **O ensino de história: revisão urgente**. 3ª ed. Ver. E ampl. – São Paulo: EDUC, 2008.

CARDOSO, Ciro. : BRIGNOLI. Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13^o. São Paulo: Editora Ática, 2003.

COSTA, João Craveiro – **História de Alagoas**, 1983

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de história: experiências, reflexões e aprendizagem**. Selva Guimarães Fonseca. –Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GLENISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos** 2 Ed. Rio de Janeiro-São Paulo; Editora Difel. 1977.

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação**: Contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2 ed. Editora expressão Popular,2009

LIBÃNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

NAVEIRA, Olívia Pavani. Os Annales e as suas influencias com as Ciências Sociais. **Klepsidra- Revista Virtual de História**. Disponível em:<https://pesquisadores.uff.br>. Acesso em 18/11/22

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Editora Cortez.

REIS, José CARLOS. **Escola dos Annales**: a inovação em História, 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000

REIS, Rodrigo de Uchôa Canto. A 11ª Tese sobre Feuerbach: considerações filosóficas. **História Crítica**. 18 fev.2010. Disponível em:<http://bloghistoriacritica.blogspot.com.br> acesso 14/11/2022

REVISTA **CRÍTICA MARXISTA**, nº31, 010. Disponível em: <http://www.unicamp.br>. Acesso em outubro de 2022

SECRETARIA, Nacional de **Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Disponível em: <http://www.gov.br>. Acesso Outubro de 2022.

VAVY Borges. **O que é História**. Coleção Primeiros Passos, 2007.

VILAR, Leandro. A Escola dos Annales: legado historiográfico de três gerações (1929-1989). **Seguindo passos da História**. 13 nov, 2013. Disponível em: <http://seguindopassosdahistoria>,

(org.). **Sociedades indígenas e o direito**: uma questão de direitos humanos. Florianópolis: Ed. UFSC/CNPq, 1985, p.85-98.

